



RELATÓRIO E CONTAS

2023

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| RELATÓRIO DE GESTÃO | 3 |
| Órgãos Sociais e de Fiscalização | 4 |
| Sumário Executivo | 5 |
| Evolução da atividade e resultados | 6 |
| Enquadramento Macroeconómico | 7 |
| Economia Mundial..... | 7 |
| Economia da Zona Euro | 7 |
| Economia Portuguesa | 8 |
| Mercados Financeiros | 10 |
| Perspetivas para 2024 | 12 |
| Economia global | 12 |
| Zona Euro..... | 13 |
| Portugal..... | 13 |
| Evolução da Atividade | 14 |
| Indicadores económico-financeiros | 16 |
| Margem de Solvência..... | 16 |
| Quota de Mercado 2023..... | 16 |
| Evolução dos Ativos sob Gestão | 17 |
| Ações de Marketing | 18 |
| Responsabilidade Social | 20 |
| Meios Humanos e Materiais | 21 |
| Recursos Humanos | 21 |
| Infraestruturas | 21 |
| Formação | 21 |
| Plano de Pensões dos Colaboradores da Futuro..... | 22 |
| Sistema Integrado de Gestão | 23 |
| GIPS Compliance..... | 23 |
| Governo Societário | 23 |
| Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno | 23 |
| Riscos associados à atividade da Entidade Gestora | 24 |
| Risco dos Fundos Geridos | 25 |
| Perspetivas para a Sociedade | 26 |
| Resultado do Exercício e Proposta de Aplicação de Resultados | 27 |
| Nota final | 28 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 29 |
| Balanço | 30 |
| Demonstração dos Resultados por Naturezas | 31 |
| Demonstração das Alterações no Capital Próprio..... | 32 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa | 33 |
| ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 34 |
| RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 73 |
| CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS | 76 |

▶ **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

RELATÓRIO DE GESTÃO

ÓRGÃOS SOCIAIS E DE FISCALIZAÇÃO

Assembleia Geral:

Presidente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa representada por

- ▶ Edmundo Martinho

Vice-Presidente

- ▶ António Pedro de Sá Alves Sameiro

Secretário

- ▶ Susana Raquel dos Anjos Pacheco

Conselho de Administração:

Presidente: Montepio Geral-Associação Mutualista representado por

- ▶ Virgílio Manuel Boavista Lima

Administradores Executivos:

- ▶ José Luís Esparteiro da Silva Leitão
- ▶ Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto

Vogal: Fundação Oriente representada por

- ▶ João António Morais da Costa Pinto

Vogal: Navegação Aérea de Portugal, NAV PORTUGAL, E.P.E. representada por

- ▶ José Mendes Alfaia

Conselho Fiscal:

Presidente

- ▶ José Alarcão Troni

Membros efetivos

- ▶ Paula Alexandra Flores Noia de Silveira
- ▶ Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Revisor Oficial de Contas:

- ▶ BDO & Associados, SROC representada por Sandra Simões Filipe

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na transição de 2022 para 2023, as expectativas traçavam um potencial cenário de recessão, ainda associado ao recrudescimento da inflação e ao cariz altamente restritivo das políticas monetárias da FED e do BCE, a que se adicionava o conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia e as disrupções daí resultantes.

A evolução económica viria a revelar-se, no final do ano, menos gravosa do que o esperado, com a inflação a mostrar sinais de abrandamento, o que levou a FED e o BCE a porem termo ao ciclo de subida de taxas de juro, respetivamente em julho e setembro. No caso da FED, as taxas subiram 500 p.b. ao longo de 17 meses. No caso do BCE, tratou-se do ciclo de subida de taxas de juro mais agressivo da sua história, com as taxas de referência a aumentarem 450 p.b. em cerca de 15 meses.

O primeiro trimestre do ano ficou marcado, a nível dos mercados financeiros, pela instabilidade nalguns Bancos regionais norte-americanos, assistindo-se à derrocada do Silicon Valley Bank (EUA) – que acabaria por ser comprado pelo valor simbólico de uma libra esterlina pelo HSBC – e do Crédit Suisse, que viria a ser adquirido pelo UBS.

Os mercados voltaram, entretanto, a terreno positivo e sucederam-se movimentos alternados de subida e descida, em reação, a cada momento, à atuação dos bancos centrais e expectativas criadas pelos mesmos, bem como à divulgação dos diversos indicadores económicos. O ano terminou com elevadas rendibilidades e algum otimismo para o futuro próximo, face à perspetiva de redução das taxas de juro a partir do segundo semestre de 2024.

As principais Bolsas mundiais, à exceção das chinesas, recuperaram das quedas de 2022, batendo, nalguns casos, níveis máximos históricos, designadamente as Bolsas norte-americanas. O índice norte-americano S&P500 valorizou-se 24,2% e, na Europa, o Eurostoxx 50 subiu 19,2% e o MSCI Europe 16,6%.

O comportamento positivo dos mercados financeiros manteve-se à margem de alguns acontecimentos inesperados no último trimestre do ano: a 7 de outubro, ocorreu um ataque terrorista no Sul de Israel, junto à Faixa de Gaza, perpetrado por militantes do Hamas, que invadiram um festival de música, fazendo mais de duas centenas de reféns – metade dos quais ainda não libertados à data atual - penetrando ao mesmo tempo em postos militares israelitas e kibutz, fazendo inúmeras vítimas mortais, naquilo que foi considerado o pior ato de violência contra o Estado judeu desde sua formação, em 1948.

Daí em diante, Israel deu início a uma retaliação militar contra o Hamas na Faixa de Gaza, mantendo-se um cenário beligerante desde então, com o êxodo de milhares de civis e gerando uma crise humanitária na zona. Em consequência, o equilíbrio de forças no Médio Oriente foi perturbado, com diversos países a marcarem posições, quer do lado do Médio Oriente, como é o caso da Síria e Irão, quer do lado Ocidental, nomeadamente por parte dos EUA, Reino Unido e União Europeia, registando-se ataques militares pontuais em resposta a algumas ofensivas, de que se destacam os ataques a navios de mercadorias no Mar Vermelho por milícias Houthis do Iémen (que o Irão apoia).

Em Portugal, a 7 de novembro, o Primeiro-Ministro apresentou a demissão, por ter sido alvo de suspeitas de envolvimento nos processos relativos à exploração de lítio e hidrogénio no país, que deram origem a outras demissões, nomeadamente do Ministro das Infraestruturas, João Galamba.

Não obstante, o Orçamento de Estado para 2024 ainda foi aprovado na Assembleia da República, procurando minimizar os riscos de disrupção provocados por mais uma crise política. Posteriormente, foram marcadas eleições legislativas para o dia 10 de março.

A economia portuguesa acabou por ter um bom desempenho ao longo do ano, o que, associado às boas rendibilidades dos mercados financeiros, contribuiu para o crescimento do negócio da Futuro.

Evolução da atividade e resultados

A Futuro assinalou simbolicamente a celebração do seu 35º Aniversário com a adição dessa menção no seu logótipo.

Neste ano de celebração de um aniversário relevante, os ativos sob gestão cresceram 6,9% e foram implementados onze novos Planos de Pensões de empresas, todas elas multinacionais, o que constitui um número recorde no historial da Futuro, tornando o ano 2023 como o melhor de sempre no que se refere tanto ao valor das contribuições para adesões coletivas a fundos abertos, como ao número de novos clientes institucionais angariados.

O objetivo de colocação comercial dos produtos destinados a clientes particulares ficou um pouco aquém do valor orçamentado, mas 2% acima do valor alcançado em 2022 e classificando-se como o terceiro melhor ano de sempre.

No âmbito das medidas legislativas tendentes a apoiar financeiramente as famílias – afetadas pelo elevado nível da inflação e das taxas de juro –, foi alargada a possibilidade de reembolso de PPR para pagamento de prestações de crédito à habitação e, numa segunda fase, para efetuar a respetiva amortização até ao montante de doze IAS (Indexante de Apoios Sociais), sem exigência de manutenção do investimento pelo período mínimo habitual de cinco anos.

Esta situação provocou um aumento acentuado do volume de reembolsos, o que impediu um maior crescimento dos Fundos PPR. Ainda assim, o volume dos ativos dos três Fundos PPR comercializados diretamente pela Futuro e pelo seu principal distribuidor (Banco Montepio) cresceu 5,9%.

As rendibilidades dos diversos fundos sob gestão, com mandato atribuído à Montepio Gestão de Activos, situaram-se entre 5,5% e 13,1%, variando em função do nível de investimento em ações de cada carteira.

Os próprios mercados favoreceram as aplicações de tesouraria da Futuro, gerando por si só um resultado de 346.600€.

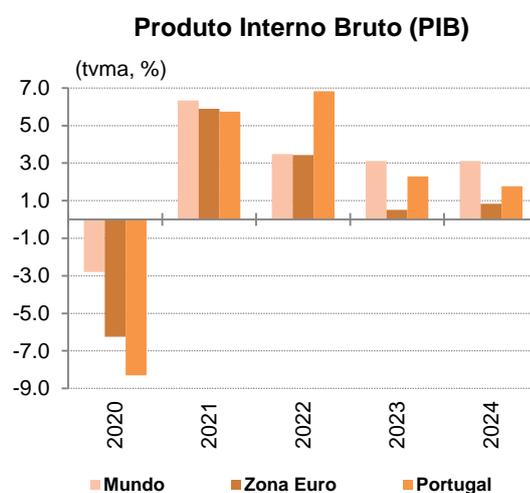
A Futuro encerrou o ano com um resultado bruto do exercício de 750.272€ (o quádruplo de 2022), a que corresponde um resultado líquido de 562.922€, representando uma rendibilidade do capital social de 22%.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia Mundial

O ano de 2023 foi marcado pela forte resiliência da atividade económica, quando o enquadramento observado – geopolítico e económico – levou a que se temesse, durante grande parte do ano, a ocorrência de uma recessão global (veja-se que o declive da *yield curve* nos EUA atingiu níveis acentuadamente negativos, semelhantes aos que precederam recessões anteriores, a que acresce o facto de, desde 1945, a inflação norte-americana nunca ter caído de 5% para 3% sem que tivesse ocorrido uma recessão nos 18 meses seguintes).

A recessão global não só foi evitada, como se verificou, inclusivamente, uma aceleração da atividade económica a nível global, com os EUA, o Japão e o conjunto dos BRIC a acelerarem e apenas a Europa a abrandar. Para a surpreendente resiliência da atividade económica contribuíram também a robustez do mercado de trabalho e imobiliário, o comportamento favorável do consumo privado, principalmente nos EUA, beneficiando dos elevados *stocks* de poupança dos particulares constituídos durante a pandemia e das medidas de apoio públicas adotadas e da estabilidade financeira, não obstante a crise dos bancos regionais dos EUA no 1.º trimestre do ano e a possibilidade de surgirem efeitos desfasados das restrições da política monetária sobre a atividade económica.



Economia da Zona Euro

A atividade económica *na* região arrancou o ano de 2023 a exibir um ligeiro acréscimo em cadeia de 0,1% no 1.º trimestre, tendo voltado a expandir 0,1% no 2.º trimestre, mas regressando às quedas no 3.º trimestre (-0,1%) e estagnando no último trimestre do ano (um comportamento fraco, mas acabando, ainda assim, por evitar a entrada da economia da Zona Euro numa situação de recessão técnica na 2.ª metade do ano, como estava a ser antecipado pelo mercado).

A economia da região voltou a abrandar no conjunto de 2023, para um crescimento de cerca de 0,5%, depois das expansões de 3,4% e 5,9% em 2022 e 2021, respetivamente, sendo condicionada, designadamente, pelo contexto de elevada inflação e pelo impacto económico das elevadas taxas de juro.

Ao longo do ano, assistiu-se a uma manutenção da tendência de queda da inflação iniciada ainda no final de 2022, com a inflação homóloga a fechar o ano de 2023 nos 2,9% (em dezembro), ainda acima do objetivo de inflação de médio prazo do BCE, de 2,0%, mas já bem aquém do observado no final de 2022 (+9,2%), bem como do pico máximo de 10,6% registado em outubro de 2022. A inflação subjacente revelou uma maior resiliência, tendo inclusive atingido um pico máximo em 2023 (de +5,7% em março), mas fechando o ano num nível (+3,4% em dezembro) também abaixo do observado

no final de 2022 (+5,2%). Em termos médios anuais, a inflação desceu em 2023, dos 8,4% verificados em 2022 para 5,4%.

Face ao contexto de persistência de elevada inflação subjacente ao longo de grande parte do ano, assim como às perspetivas de que a inflação permanecesse elevada durante demasiado tempo, o BCE deu em 2023, mais concretamente até à reunião de setembro, continuidade ao ciclo de subida das suas taxas de juro diretoras, iniciado em meados de 2022, tendo aumentado essas taxas em 200 p.b. (50 p.b. em fevereiro e em março e 25 p.b. em maio, junho, julho e setembro), mantendo depois as taxas inalteradas nas restantes reuniões do ano.

Tratou-se do ciclo de subida de taxas de juro do BCE mais agressivo da sua história, com as taxas de referência a aumentarem 450 p.b. em cerca de 15 meses (entre julho de 2022 e setembro de 2023). Consequentemente, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) fechou o ano nos 4,50% e a taxa de depósitos nos 4,00%, níveis em que deverão permanecer até meados deste ano, altura em que o BCE deverá dar início ao processo de gradual redução das taxas de juro.

Economia Portuguesa

O PIB português iniciou o ano de 2023 a exibir uma forte e inesperada expansão em cadeia de 1,5% no 1.º trimestre, acelerando bastante face ao trimestre anterior (+0,5% no 4.º trimestre de 2022), tendo depois desacelerado para 0,1% no 2.º trimestre e contraído 0,2% no 3.º trimestre, uma correção que já era esperada e que poderá ter refletido o facto do forte crescimento no 1.º trimestre (tal como sucedeu em 2022) poder ter igualmente resultado de problemas estatísticos de medição da atividade económica. No entanto, a economia regressou aos crescimentos no derradeiro trimestre do ano, ao expandir-se 0,8%, ascendendo a novos níveis máximos históricos da série trimestral (iniciada em 1978) e ficando 5,4% acima do PIB do 4.º trimestre de 2019, antes do início da pandemia.

Em termos anuais, depois de o PIB ter registado um crescimento de 6,8% em 2022, o ritmo mais elevado desde 1987 - após a expansão de 5,7% em 2021 e a diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica -, a economia portuguesa abrandou o crescimento em 2023, para 2,3%, ficando acima das previsões do Governo no Orçamento de Estado para 2024, realizadas em outubro, bem como da Comissão Europeia e da OCDE, ambas em novembro, tendo ficado ainda mais acima dos 2,1% previstos pelo Banco de Portugal em dezembro e em linha com os 2,3% projetados em outubro pelo FMI. A procura interna apresentou um contributo positivo para o crescimento anual do PIB em 2023, embora inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida também foi positivo em 2023, mas menos intenso que em 2022, tendo as exportações e as importações desacelerado significativamente.

Ao nível dos preços, e tal como sucedeu na Zona Euro e praticamente a nível global, depois do forte agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC) ao longo de 2022, assistiu-se em Portugal, em 2023, também a uma manutenção da tendência de queda da inflação iniciada ainda no final de 2022 (igualmente beneficiando do corte da taxa de IVA para 0% de vários bens alimentares essenciais), com a inflação homóloga a fechar o ano nos 1,9% (em dezembro), já um pouco abaixo do target de 2% do BCE e bem aquém do observado no final de 2022 (+9,8%), bem como do pico máximo de 10,6% registado em outubro de 2022. Em termos médios anuais, a inflação desceu para 5,3% em 2023, após os 8,1% observados em 2022.

No mercado laboral, observou-se, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), uma diminuição da taxa de desemprego ao longo de 2023, dos 6,7% de dezembro de 2022 para 6,6% em dezembro de 2023, após um pico máximo de 7,0% observado logo no início do ano. Todavia, em termos anuais, assistiu-se a uma subida da taxa de desemprego dos 6,0% verificados em 2022 para 6,5% em 2023.

As finanças públicas continuaram ao longo de 2023 a beneficiar do dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, da redução das medidas de prevenção e combate à pandemia de Covid-19 e do efeito da subida dos preços sobre a receita efetiva, com os dados da execução orçamental disponíveis a evidenciarem fortes melhorias do saldo orçamental face ao período homólogo (mesmo tendo em conta as medidas de apoio lançadas pelo Governo para suportar o rendimento real das famílias). Estimamos um excedente orçamental de cerca de 1,1% do PIB, um resultado bem mais favorável que o défice orçamental de 0,3% observado em 2022, com o excedente de 2023 a ser superior ao assumido pelo Governo no OE 2024 (+0,8%), estando em linha com a previsão de 1,1% do Banco de Portugal (em dezembro), prevendo-se depois uma redução do excedente orçamental em 2024. O rácio de dívida pública sobre o PIB manteve em 2023 a trajetória descendente iniciada em 2021, uma trajetória que deverá ser reforçada ao longo de 2024.

Depois do agravamento do défice da balança corrente em 2022, dos 0,8% do PIB observados em 2021 para 1,1%, nomeadamente em resultado da subida dos preços das mercadorias importadas, designadamente da energia, observou-se um excedente de 1,4% do PIB em 2023, com a balança de bens e serviços a voltar a apresentar também um excedente em 2023, após os défices observados entre 2020 e 2022, prevendo-se depois uma redução do excedente da balança corrente em 2024.

A taxa de poupança dos particulares desceu em 2022, dos 10,6% em 2021 para 6,5%, prolongando a trajetória de redução iniciada já em 2021 (em 2022 exacerbada pelo aumento da inflação), com os dados disponíveis a levarem-nos a estimar um regresso às subidas em 2023, para 6,6%, prevendo-se depois um novo aumento em 2024. O aperto das condições financeiras observado contribuiu, em geral, para uma maior propensão a poupar e as elevadas taxas de juro provocaram mesmo um aumento da poupança forçada, uma vez que uma maior parcela do rendimento disponível acabou por ter de ser afeta às prestações dos créditos, em detrimento de ser afeta ao consumo.

MERCADOS FINANCEIROS

No ano de 2023 assistiu-se à manutenção da tendência de melhoria do sentimento dos mercados que havia sido iniciada no último trimestre de 2022, traduzindo-se num ano de ganhos, designadamente para os mercados acionistas, depois da queda registada no ano anterior, motivada, essencialmente, pelo choque da invasão russa da Ucrânia no início desse ano, que provocou uma escalada dos preços das mercadorias e implicou, inevitavelmente, uma alteração das perspetivas de crescimento da atividade e dos preços na generalidade das economias, assim como um forte aperto da política monetária. O ano de 2022 acabou por ser o primeiro ano em que, pela primeira vez nas últimas duas décadas, se observou um comportamento desfavorável dos principais mercados de ações e obrigações em simultâneo.

Com exceção das bolsas chinesas, as principais bolsas mundiais conseguiram recuperar em 2023, batendo em alguns casos níveis máximos históricos, designadamente as bolsas norte-americanas. Em todo o caso, os preços das ações foram flutuando bastante ao longo do ano, influenciados por fatores como a crise em vários bancos regionais dos EUA e a queda do Credit Suisse no 1.º trimestre, a continuação – e até reforço, a partir do início do conflito no Médio Oriente em outubro – da instabilidade geopolítica, a inteligência artificial, os dados e as expectativas para a inflação, os elevados níveis das taxas de juro globais, os receios sobre os criptoativos, a transição energética ou os eventos climáticos extremos.

Grande parte do ano de 2023 ocorreu num contexto de persistência da elevada inflação, principalmente nas economias desenvolvidas, que motivou a continuação do aperto monetário por parte dos bancos centrais na Europa e nos EUA, para níveis máximos desde o ano 2000 nos EUA e da história do Euro, superando as expectativas iniciais dos mercados, o que conduziu a uma subida significativa das taxas de juro de mercado a nível global e acabou por pressionar todos os ativos de risco, em especial as ações. Efetivamente, as *yields* dos *treasuries* americanos a 10 anos chegaram mesmo, no final de outubro, a ultrapassar os 5% (máximos desde 2007).

No entanto, nos últimos meses de 2023 observou-se um arrefecimento da inflação, provocado, numa fase inicial, pela redução dos preços de energia (destaque-se a forte redução dos preços do gás natural na Europa), mas também, posteriormente, pelo arrefecimento da atividade económica, devido ao aperto da política monetária. Esse novo contexto levou os ativos de risco a voltarem a ganhar atratividade, proporcionando o chamado *rally* nas ações globais, que foi liderado pelo setor tecnológico.

Mas, no computo geral, a forte valorização do **mercado acionista** em 2023 acaba por estar associada à resiliência da atividade económica acima do esperado, particularmente nos EUA, onde a recessão foi evitada e, em vez de a economia abrandar, de acordo com as expectativas de mercado, acelerou, crescendo cerca de 2 p.p. acima das referidas expectativas (e contribuindo, assim, para o melhor desempenho das bolsas norte-americanas).

Os principais **índices de ações dos EUA** registaram fortes subidas em 2023, com o *S&P 500* a avançar 24,2%, recuperando totalmente da queda de 19,4% observada em 2022, encerrando o ano apenas 0,6% abaixo dos máximos históricos registados no dia 3 de janeiro de 2022. O *Nasdaq* exibiu uma subida ainda superior (+43,4%), beneficiando do referido forte comportamento do setor tecnológico e sendo suportado designadamente pelo *rally* nas cotadas da inteligência artificial, terminando o ano

6,5% abaixo dos máximos históricos registados no dia 4 de janeiro de 2022, ao passo que o *Dow Jones* valorizou 13,7%, tendo batido níveis máximos históricos no final do ano (dia 28 de dezembro).

Na Europa, o *Eurostoxx 50* subiu 19,2% – com destaque, em termos setoriais, para as valorizações observadas no retalho (+34,4%), na tecnologia (+31,7%), na construção (+30,6%) e nos serviços financeiros (+26,8%) –, com o índice português PSI a valorizar 11,7%. O comportamento ascendente foi transversal à generalidade das praças europeias: a maior subida coube ao italiano *FTSE MIB* (+28,0%) e a menor ao britânico *FTSE 100* (+3,8%), este último particularmente prejudicado pela elevada inflação britânica e pela necessidade de mais subidas de taxas por parte do Banco de Inglaterra.

O índice *MSCI* global valorizou 20,1% em 2023 (-19,8% em 2022), fechando o ano em níveis máximos desde janeiro de 2022 e apenas 4,2% abaixo dos níveis máximos históricos registados em meados de novembro de 2021.

As **yields da dívida pública de referência** desceram nas principais economias, refletindo as expectativas de inversão das políticas monetárias restritivas que se foram intensificando nos últimos meses do ano. Na **Alemanha**, as *yields* a 2 anos desceram 36 p.b., para 2,404% e 55 p.b. nos 10 anos, para 2,024%, neste último caso afastando-se dos 2.968% da sessão do dia 3 de outubro, quando fechou num máximo desde julho de 2011, mas permanecendo bem acima dos níveis mínimos históricos (-0.856%) registados em 09/03/2020. Nos **EUA**, as *yields* a 2 anos desceram 18 p.b. para 4,250%, tendo estabilizado nos 10 anos, em 3,879%, mas, neste último caso, depois de terem chegado, no final de outubro, a ultrapassar os 5% (máximos desde 2007), continuando bem acima dos mínimos da série iniciada em 1979 registados em 04/08/2021 (0,507%).

Os **spreads de crédito** apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, fechando o ano em níveis mínimos desde o início de 2022 (o índice *Itraxx Cross-Over* desceu 172 p.b. para os 310 p.b., o *Itraxx Financials* 32 p.b., para 68 p.b., e o *Itraxx* 31 p.b., para 58 p.b.). Também se observou um desagravamento nos **spreads das yields da dívida pública dos países periféricos da Zona Euro**, com a Grécia a destacar-se pela positiva (-102 p.b., para um *spread* de 104 p.b.), seguida de Itália (-47 p.b., para 168 p.b.) e de Portugal (-38 p.b., para 63 p.b.), que continuou com um *spread* inferior ao de Espanha (-12 p.b., para 97 p.b.), num contexto de melhoria dos *ratings* atribuídos pelas principais agências de notação financeira para Portugal (em setembro a Fitch subiu o *rating* de BBB+ para A- e em novembro a Moody's de Baa2 para A3, a melhor notação desde 2011) e para a Grécia (em setembro a Moody's subiu de Ba3 para Ba1, em outubro a S&P de BB+ para BBB- e em dezembro a Fitch de BB+ para BBB-).

Com a antecipação e concretização de decisões de política monetária mais restritivas pelo BCE, no ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE, as taxas *Euribor* apresentaram marcadas subidas em 2023 (+178 p.b. nos 3 meses, +117 p.b. nos 6 meses e +22 p.b. nos 12 meses, estas últimas começando a corrigir nos últimos meses do ano, refletindo as expectativas de inversão do ciclo da política monetária em meados de 2024, depois de já terem observado em 2022 os maiores aumentos num ano desde o início das séries históricas em 1999 (+270 p.b. nos 3 meses, +324 p.b. nos 6 meses e +379 p.b. nos 12 meses) e após terem fechado 2021 perto de mínimos históricos (observados no mês de dezembro de 2021). As taxas *Euribor* fecharam o ano de 2023 em 3,909% nos 3 meses, 3,861% nos 6 meses e 3,513% nos 12 meses, mas depois de terem tocado em níveis máximos desde novembro de 2008 nos últimos meses do ano – nos 3 meses, em meados de novembro (4,002%), nos 6 meses, no início de outubro (4,138%), e, nos 12 meses, no final de setembro (4,228%).

Já os índices gerais de **mercadorias** registaram descidas, com o índice compósito *CRB Index* a recuar 5,0% e o *GSCI* 12,2% (depois das fortes subidas de 19,5% e 8,7% observadas em 2022), este último sendo penalizado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior queda, de 14,8%), num contexto de descidas dos preços do brent e do *WTI (West Texas Intermediate)* de 10,3% e 10,7% (os preços do gás na Europa caíram 56,8% face ao fecho de 2022, após terem subido 13,0% em 2022 e 243% em 2021, tendo fechado o ano num nível já 89,7% abaixo do máximo histórico de final de agosto de 2022), das agrícolas (-17,8%) e dos metais de base (-6,3%), sendo, no entanto, suportado pelo gado (+1,4%) e pelos metais preciosos (+12,1%).

PERSPETIVAS PARA 2024

Economia global

A economia global deverá desacelerar em 2024, o que tenderá a suportar uma descida da inflação, permitindo às principais autoridades monetárias mundiais iniciar o ciclo descendente das taxas de juro, em especial durante a 2.^a metade do ano.

Apesar de num contexto de crescimento económico relativamente reduzido, designadamente na Zona Euro, este cenário é consistente com a perspetiva de uma “travagem suave” das economias, com a inflação a ser controlada sem um grande impacto desfavorável na atividade e no mercado laboral.

Contudo, este cenário relativamente benigno para a economia global está sujeito a diversos riscos e incertezas, vendo-se com grande probabilidade a manutenção em 2024 da instabilidade geopolítica que caracterizou o ano anterior, com os conflitos militares em curso (Rússia/Ucrânia e Médio Oriente) a não deverem ser de rápida resolução, a que acrescem os vários focos de instabilidade que têm surgido, como foi o recente caso dos ataques a embarcações no Mar Vermelho no Iémen, com impacto no comércio internacional.

Na verdade, os riscos geopolíticos à entrada de 2024 permanecem elevados, destacando-se, designadamente, a possibilidade de a guerra entre Israel e o Hamas se transformar num conflito mais alargado no Médio Oriente. Este cenário poderia envolver uma guerra mais aberta entre Israel e o Hezbollah a partir da fronteira com o Líbano, levando a um maior envolvimento do Irão. Outro risco tem a ver com a possibilidade de intensificação do conflito entre os rebeldes Houthis do Iémen e forças ocidentais, em especial dos EUA e do Reino Unido, que têm defendido as embarcações e atacado posições desses rebeldes. Para evitarem os ataques, muitos navios têm-se visto forçados a recorrer a rotas marítimas alternativas (designadamente contornando o continente africano), aumentando, significativamente, o tempo e os custos das viagens, o que, para a economia global, representa uma perturbação das cadeias de abastecimento e um aumento dos custos de produção.

De referir também o risco de um maior envolvimento do Irão – não de forma direta, mas através de grupos de rebeldes alinhados com os seus interesses, de que são exemplo os Houthis no Mar Vermelho – poder originar mais perturbações no transporte de petróleo e gás através do Estreito de Ormuz, pressionando em alta, uma vez mais, os custos de produção. Outros fatores políticos e geopolíticos que introduzem incerteza e riscos sobre o contexto económico global incluem, designadamente, as tensões entre os EUA e a China – tanto em termos de supremacia tecnológica (com impactos no comércio e investimento globais), como em torno da questão de Taiwan –, bem

como as eleições Presidenciais dos EUA e para o Parlamento Europeu, ambas a acontecerem neste ano de 2024. Também um abrandamento superior ao esperado da economia chinesa constitui um risco descendente para a economia mundial, nomeadamente uma correção superior à esperada do setor imobiliário.

Zona Euro

Perspetiva-se um regresso à aceleração do crescimento, que se manterá, contudo, ainda reduzido - 0,8% -, um cenário que é partilhado pelas mais recentes projeções da Comissão Europeia (+0,8% em meados de fevereiro), estando também em linha com as projeções do BCE (+0,8%), mas abaixo do previsto pelo FMI (+0,9%) e acima do projetado pela OCDE (+0,6%).

A inflação deverá prosseguir em 2024 a trajetória descendente, não obstante os riscos ascendentes provocados pelo atual contexto geopolítico no Médio Oriente, no leste europeu e na UE, com os protestos no setor agrícola.

Portugal

A nível nacional, a economia deverá ver-se também condicionada pelos riscos acima identificados sobre a economia global, sendo que, segundo a análise do Banco de Portugal (BdP) no seu Boletim Económico de dezembro, aquando da última atualização das perspetivas para a economia portuguesa, os riscos em torno das projeções para a atividade económica se apresentam maioritariamente em baixa, sendo o balanço mais equilibrado para a inflação. Assim, segundo o BdP, o crescimento da atividade poderá ser inferior ao antecipado caso se materializem os riscos identificados de origem externa: *i*) um agravamento das tensões geopolíticas, com impacto sobre os preços das matérias-primas e a confiança; *ii*) uma recuperação mais lenta do comércio mundial, num quadro de riscos de fragmentação geoeconómica ou de abrandamento da economia chinesa; *iii*) um impacto superior ao esperado do aperto das condições financeiras; *iv*) uma maior persistência da inflação, traduzindo-se em taxas de juro elevadas por um período mais prolongado. Já os riscos de origem interna estão associados a um cenário de incerteza na condução da política económica – designadamente num contexto de realização de eleições legislativas (10 de março) – e a eventuais atrasos na execução dos fundos europeus. No caso da inflação, os riscos em alta associados a perturbações nos mercados energéticos são compensados pelos riscos em baixa para o crescimento económico, com impacto negativo sobre os preços.

De notar que a ainda elevada restritividade da política monetária, as pressões inflacionistas ainda presentes, o *phasing out* de apoios públicos a famílias e empresas e também o fim dos programas de moratórias, continuarão a ser desafios particularmente relevantes em 2024, uma vez que concorrem para a deterioração da situação financeira das famílias e empresas, potenciando o avolumar de insolvências em alguns setores de atividade.

Antecipa-se, portanto, um novo abrandamento da economia portuguesa em 2024, com o PIB a crescer em torno de 1,8%, uma desaceleração que é inferior ao antecipado por um conjunto alargado de entidades nacionais e internacionais – v.g. Governo (+1,5%), FMI (+1,5%), Comissão Europeia (+1,2%), OCDE (+1,2%) e Banco de Portugal (+1,2%) –, cujas previsões foram fortemente condicionadas pelas perspetivas de um final de 2023 bem mais fraco do que o que efetivamente acabou por acontecer.

A atividade económica ao longo de 2024 tenderá a beneficiar da aceleração da procura externa a partir de meados do ano, do efeito da descida da inflação no rendimento das famílias, das perspetivas de diminuição gradual das taxas de juro e do impulso dos fundos europeus no investimento.

A inflação deverá prosseguir em 2024 a trajetória descendente, caso as perturbações geopolíticas não voltem a impactar significativamente nos preços dos produtos energéticos e nos custos do transporte marítimo.

A nível do mercado laboral, prevê-se uma ligeira subida da taxa de desemprego em 2024 para 6,6%, com riscos a permanecerem ascendentes e especialmente dependentes da resiliência do crescimento económico.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

O ano iniciou-se num contexto de algum pessimismo quanto às perspetivas de evolução económica, determinado pelo conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, iniciado cerca de um ano antes, e que induziu disrupções a vários níveis, designadamente no que se refere ao abastecimento de gás, matérias-primas e cereais.

Esta situação conduziu a um cenário de subida de inflação, acompanhado por um ciclo de subida de taxas de juro que teve início ainda em 2022 e que se manteve até setembro de 2023.

Perante o impacto da subida das taxas de juro nas prestações dos empréstimos à habitação, o Governo introduzira já em 2022 medidas destinadas a aliviar os encargos das famílias, entre as quais foi incluída a possibilidade de reembolso mensal de PPR até ao valor de 1 IAS, a que se viria juntar, com o Orçamento de Estado para 2023, a possibilidade de pagamento de prestações de crédito à habitação, independentemente da data do investimento e, no segundo semestre, foi adicionada a possibilidade de amortização do crédito à habitação até 12 IAS.

O referido enquadramento legal provocou um aumento muito acentuado de reembolsos dos PPR, prejudicando o crescimento desta categoria de fundos. Contudo, tanto as boas rendibilidades alcançadas, como o volume de contribuições ao longo do ano acabaram por compensar as saídas. O montante de contribuições global para fundos de pensões abertos coloca o ano em terceiro lugar, em termos de historial da empresa, salientando-se a importância dos planos de pagamentos periódicos, que representam cerca de 20% da produção total do ano.

O montante de reembolsos avultado, associado às rendibilidades negativas registadas no ano anterior, conduziram a um aumento acentuado do custo com a concretização dos créditos necessários à reposição do valor do capital investido, neste caso, prejudicando os resultados da empresa.

Merece destaque o crescimento de 15% dos fundos comercializados pelo Banco BIG, cujo volume de ativos ascendeu no final do ano a mais de 250 milhões de Euros, representando já um nível expressivo de comissionamento para a Futuro.

Globalmente, o volume de ativos subiu 6,9%, conforme adiante explicitado no título Evolução dos Ativos sob Gestão.

No segmento de negócio ligado a empresas, o esforço que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos culminou com a implementação, em 2023, de onze novos planos de pensões, todos de

multinacionais, um número recorde na atividade da empresa. Todos os referidos planos utilizam como veículo financeiro os fundos abertos da família Corporate, o que justifica o crescimento do volume de ativos destes fundos em 47%.

No início de março, foi lançado o concurso público para gestão do fundo de pensões da CMVM, voltando a Futuro a classificar-se em primeiro lugar, assegurando a manutenção deste fundo na sua carteira de clientes por mais cinco anos.

Embora com grande volatilidade, as rendibilidades do ano acabaram por ser muito favoráveis, beneficiadas sobretudo pela valorização dos mercados acionistas, com especial relevância dos mercados norte-americano e europeu que, conforme referido em capítulo anterior, alcançaram rendibilidades em torno de 24,2% e 19,2%, respetivamente para os índices S&P 500 e Eurostoxx 50.

As rendibilidades dos fundos sob gestão, com mandato atribuído à Montepio Gestão de Activos, variaram entre 5,5% e 13,14%, em função do nível de investimento em ações de cada carteira, alcançando-se uma rendibilidade de 7,9% em termos de média ponderada. Os mandatos de gestão com o Banco BIG alcançaram rendibilidades entre 2,6% e 16,6%, resultando num valor médio de 8,1%. Nos fundos abertos da família "Corporate", as rendibilidades alcançadas situaram-se entre 5,2% e 16,5%.

O projeto de adoção de um novo software de gestão de participantes foi adotado integralmente, para todos os fundos sob gestão, no primeiro dia do ano, contribuindo para uma maior celeridade no registo e manuseamento de operações e dados dos Participantes dos diversos fundos e oferecendo maior robustez e segurança.

O já citado acréscimo de movimentos de reembolso por parte de clientes particulares foi facilitado pela utilização do novo software, mas exigiu também a automatização de alguns processos, nomeadamente com o principal distribuidor (Banco Montepio), a fim de assegurar a necessária celeridade no processamento dos reembolsos mensais de 1 IAS.

De referir igualmente o trabalho intenso prosseguido ao longo do ano, no sentido de dar resposta às muitas e elevadas exigências a nível de procedimentos de segurança informática que têm vindo a ser solicitados pelas diversas multinacionais que se tornaram clientes da Futuro. A infraestrutura existente permitiu dar resposta aos requisitos de todos os clientes, contribuindo para comprovar a eficácia dos sistemas e, em simultâneo, induzir a adoção de melhorias.

Encerrando o ano do seu 35º Aniversário, a Futuro apurou um resultado bruto de 750.272€, para o qual foi relevante não só o resultado operacional como o contributo da rendibilidade das aplicações efetuadas pela Futuro relativamente às suas disponibilidades de tesouraria. Face ao ano anterior, o resultado bruto quadruplicou e o valor do resultado líquido representa 22% de rendibilidade do capital social.

A Situação Líquida da Futuro cifrava-se em 10.539.714€ no final do ano, permitindo uma margem de solvência de 152%, muito acima da exigência regulamentar.

Indicadores económico-financeiros

| | |
|--|----------|
| Resultado bruto | 750.272€ |
| Resultado líquido | 562.922€ |
| Rendibilidade do capital social | 22% |
| Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo) | 80% |
| Rácio de Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo) | 4 |

Margem de Solvência

O nível de capitais próprios tem permitido uma margem de solvência acima do mínimo exigível, terminando o ano em 152%.

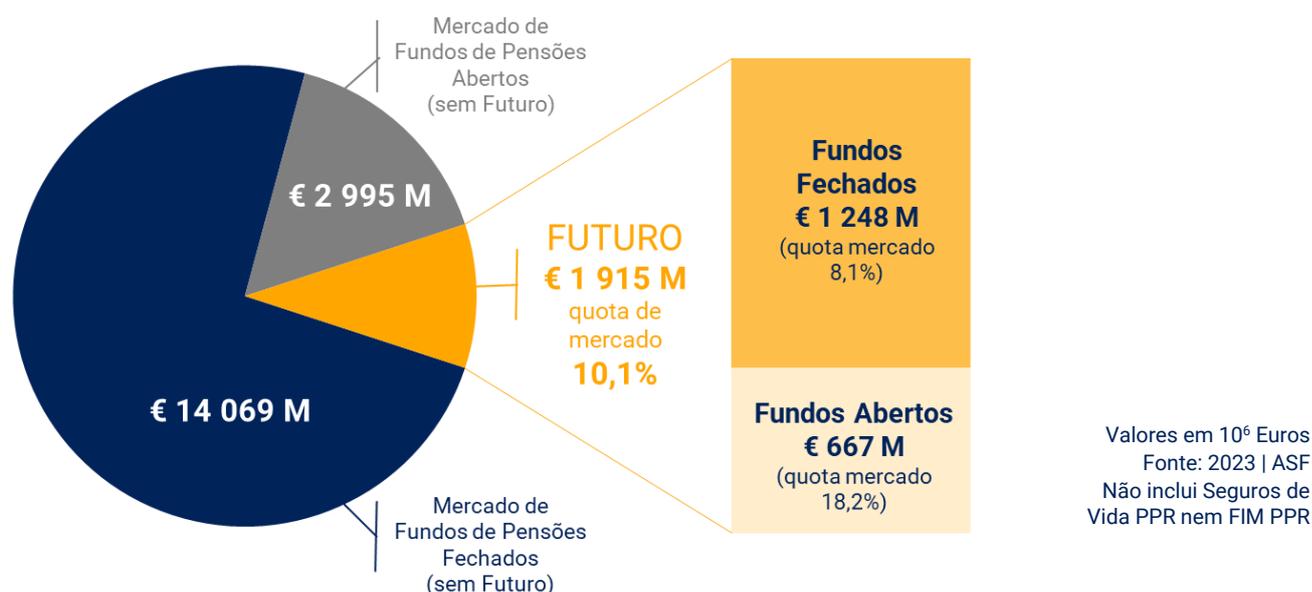
Ao longo do ano, a Futuro manteve os seus excedentes de tesouraria aplicados em depósitos a prazo, com constituição de novo depósito no último trimestre do ano, em fundos de investimento imobiliário, em obrigações da *Greenvolt* e obrigações da CGD, com um reforço no investimento nestas últimas, mantendo assim a diversificação dos investimentos.

Quota de Mercado 2023

No início de 2023, o valor do Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos foi extinto e integrado na Caixa Geral de Aposentações. O mercado nacional de fundos de pensões sofreu assim uma redução na ordem dos 3 mil milhões de euros, o que resultou num crescimento automático da quota dos restantes operadores do mercado.

A quota da Futuro subiu de 8,4% para 10,1%, passando a empresa a ocupar o quarto lugar no conjunto de todas as entidades gestoras, tendo por base o volume de ativos sob gestão.

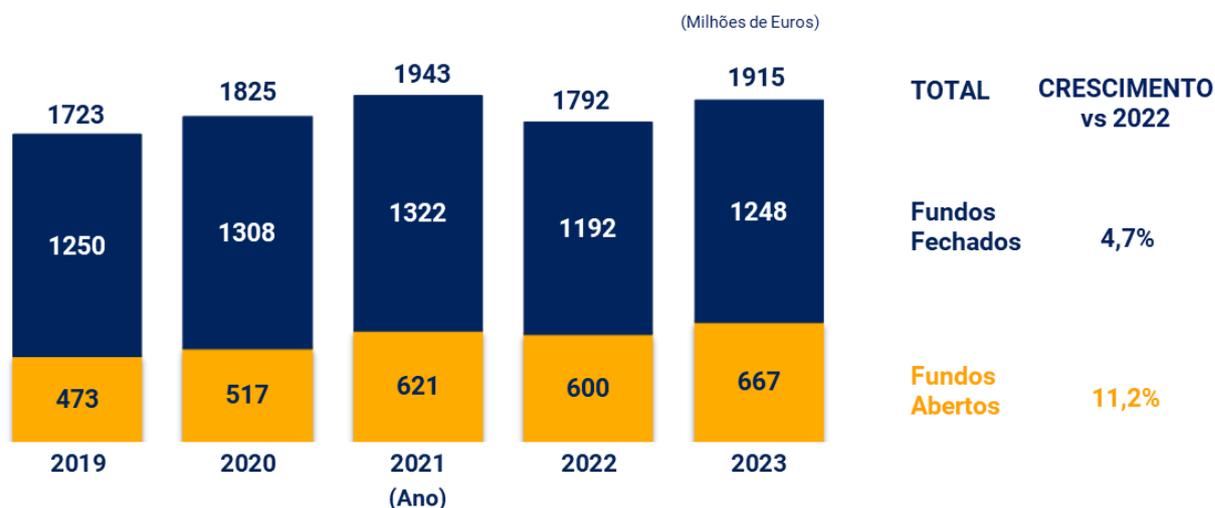
Salienta-se também que, de entre os quinze maiores fundos de pensões do mercado, a Futuro tem sob sua gestão três: o fundo Montepio Geral, com uma quota de 4,3%, o Fundo NAV SINCTA EPE, com uma quota de 1,4% e o fundo PPR 5 ESTRELAS com uma quota de 1% e 195,4 milhões de euros de ativos. Este último continua a classificar-se como o maior PPR do mercado sob a forma jurídica de fundo de pensões, sendo que o PPR GARANTIA DE FUTURO ocupa o segundo lugar na mesma categoria de fundos, com uma quota de 0,6% e um volume de ativos de 110,1 milhões de Euros.



Evolução dos Ativos sob Gestão

O volume total das carteiras geridas atingiu 1.915 Milhões de Euros e o crescimento face a 2022 cifrou-se em 6,9%, tendo origem quer nas boas rendibilidades alcançadas no final do ano, quer no crescimento das contribuições para os diversos fundos, em particular nos PPR e outros fundos abertos. De salientar o crescimento de ativos na ordem de 47,4% na família de fundos “Corporate” e de 15,4% nos fundos comercializados pelo Banco BIG.

A componente de fundos fechados registou um menor crescimento relativo face aos fundos abertos, que resulta essencialmente do aumento das rendibilidades e da manutenção das taxas de desconto a um nível elevado, após a subida acentuada em 2022 (cerca de 300 pb) e não obstante uma redução em 2023 na ordem dos 50 pb. Com efeito, a conjugação destes dois fatores contribuiu para o reforço do rácio de cobertura de responsabilidades nos fundos de benefício definido, reduzindo a necessidade de contribuições avultadas por parte dos Associados, na maioria dos fundos em causa.



AÇÕES DE MARKETING

O plano de Marketing da Futuro em 2023 teve por base uma estratégia de comunicação direcionada para a “consciencialização” da importância de poupar para a reforma, aliada às vantagens dos produtos e ao know-how de 35 anos de experiência da Futuro. As campanhas trimestrais dirigidas ao segmento de Clientes Particulares tiveram como principal objetivo a fidelização, rejuvenescimento da carteira de Clientes e captação de novos Clientes.

CAMPANHA 1.º TRIMESTRE

“MENSALMENTE É MAIS FÁCIL E DÁ SAÚDE”

A campanha apelou à tomada de consciência de duas gerações, em duas fases da vida, para a importância de poupar e dar início a um PPR com uma subscrição mensal, diluindo o esforço financeiro ao longo do ano.

Promoveram-se os Fundos PPR 5 ESTRELAS e PPR GERAÇÃO ACTIVA, com oferta do Cartão de Saúde Futuro para toda a família.



CAMPANHA 2.º TRIMESTRE

“PARA A REFORMA E MUITO MAIS”

Nesta campanha invocou-se a necessidade de poupar para uma reforma descansada e para fazer face a uma eventualidade ou situação de crise, como a que se sentiu em 2023.

Proporcionou-se uma oferta de Unidades de Participação adicionais, para subscrições nos Fundos PPR 5 ESTRELAS, PPR GERAÇÃO ACTIVA e PPA ACÇÃO FUTURO.



CAMPANHA 3.º TRIMESTRE

“JÁ TEM PPR? FALE CONNOSCO. SE NÃO TEM, FALE TAMBÉM.”

No 3.º trimestre promoveram-se as transferências de PPR de outras entidades gestoras para os Fundos PPR da Futuro.

Como incentivo à transferência, repetiu-se a oferta em Unidades de Participação nos Fundos PPR 5 ESTRELAS e PPR GERAÇÃO ACTIVA.



CAMPANHA 4.º TRIMESTRE

“TODOS OS ANOS CONTAM”

Procurou-se sensibilizar a audiência para a importância de poupar, tendo em vista a reforma, ano após ano, incentivando à escolha dos Fundos PPR e PPA geridos pela Futuro.



Para Jovens dos 18 aos 35 anos

FAZ O TEU PRIMEIRO PPR/PPA

Ao longo de todo ano, a Futuro atribuiu uma oferta em crédito de Unidades de Participação a jovens que subscreveram o primeiro PPR na Futuro.



INSTAGRAM



Instagram www.instagram.com/futuro.sa

A par do site da Futuro, o Instagram continua a ser um canal de comunicação bastante importante para o contacto junto do público mais jovem, tendo a Futuro feito um acompanhamento ativo com a realização de posts e publicidade no final do ano.



No final de 2023, passou a ser possível aderir aos Fundos de Pensões da Futuro através do canal Net24 do Banco Montepio – até então apenas se permitiam subscrições de reforço. Igualmente se proporcionou a todos os Clientes Particulares o acesso on-line ao portal NetFuturo.

MARKETING INSTITUCIONAL

Especificamente orientada para o mercado de Empresas, a Futuro assegurou a sua participação nalguns eventos organizadas por entidades que desenvolvem a sua atuação na área da gestão de Recursos Humanos, o que permitiu angariar contactos e assegurar uma presença institucional com grande visibilidade junto dos profissionais de topo daquela classe profissional.

A Futuro também marcou presença no evento PME Excelência organizado pelo IAPMEI, procurando divulgar a sua imagem de marca no que se refere à gestão de complementos de reforma para empresas e com vantagens específicas para as empresas galardoadas com a distinção PME Líder ou PME Excelência.



Assinalando simbolicamente o seu **35º Aniversário**, o logótipo da Empresa passou a conter essa menção, mantendo-se em uso ao longo do ano.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Futuro tem procurado anualmente dar o seu contributo para a sociedade, apoiando sobretudo iniciativas orientadas para a proteção e desenvolvimento dos mais jovens.

- ▶ Em 2023, os destinatários foram as seguintes instituições: Clube de Badmington de Tires, Clube Junqueiro Ténis, Clube Ténis CAD e Modalidades de Surf, Longboard e Bodyboard do Estoril Praia (GDEP)
- ▶ Foi também facultado um contributo financeiro à organização e participação de uma Colaboradora da Futuro no Campeonato de Danças Desportivas: Campeonato Nacional Standard e Latinas 2023.

Para além destes apoios diretos, destaca-se o envolvimento da Futuro, ao longo do ano, na implementação da Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Montepio.

Com a adoção desta estratégia, a Futuro terá sempre presente, no desenvolvimento do seu negócio, a prossecução de princípios solidários e inclusivos, que incluem a promoção da igualdade de género, inclusão e diversidade no âmbito das políticas de Recursos Humanos e, a nível de envolvimento na sociedade, a promoção do voluntariado e defesa e reafirmação pública da identidade solidária e missão mutualista do grupo.

Este projeto encontra-se diretamente ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, os quais consubstanciam uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030 e incluirá a adoção pela Futuro, em 2024, da Carta Portuguesa para a Diversidade.

MEIOS HUMANOS E MATERIAIS

Recursos Humanos

A Futuro encerrou o ano de 2023 com um quadro de pessoal de 39 profissionais.

No primeiro semestre do ano foi contratada uma colaboradora para a Área Financeira – Contabilidade de Fundos e um Jurista para apoio à área de *Compliance* e nos outros assuntos de cariz jurídico. No último trimestre foi contratado um colaborador para a área de Marketing Institucional e Empresas (em substituição do contratado em 2022, que saiu no 1º trimestre de 2023).

A empresa também recorreu a trabalho temporário, face ao aumento acentuado de reembolsos na área de clientes particulares, procurando assegurar o processamento atempado das operações.

Infraestruturas

No seguimento do planeamento estratégico traçado, concretizaram-se diversos projetos informáticos de migração tecnológica em diversas aplicações e portal web. A utilização de ferramentas de vanguarda permite otimizar os processos de trabalho e reforçar a segurança da informação.

Visando otimizar os recursos e o armazenamento, tem vindo a ser realizada uma migração progressiva da infraestrutura para um ambiente em nuvem.

Em consonância com a estratégia de segurança informática do grupo, foi realizado um reforço no investimento em ferramentas de avaliação de risco cibernético e rating de segurança informática. Adicionalmente, foram realizados testes e simulações, visando avaliar o nível de segurança da infraestrutura e aplicações em relação a possíveis tentativas de intrusão, tanto de fontes externas quanto internas. Foram também implementadas medidas adicionais para reforçar a segurança da navegação na internet, incluindo diversas camadas de proteção contra ameaças como Data Loss Protection, DNS e Malware.

A evolução na vertente de segurança esteve diretamente associada à validação de requisitos solicitados por diversos clientes que, por serem multinacionais, se encontram num patamar de exigência muito elevado.

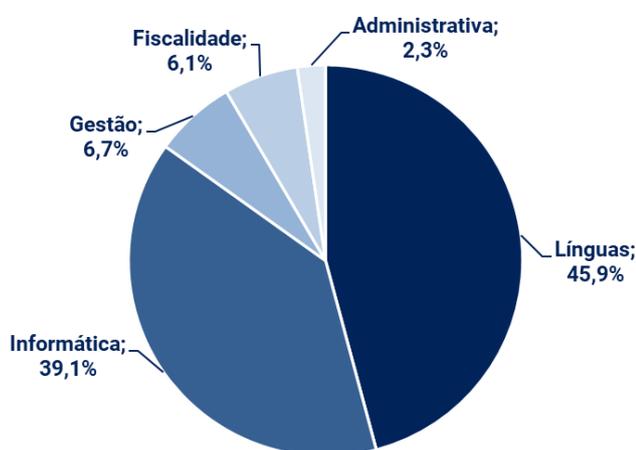
Formação

A formação profissional dos Colaboradores foi planificada de forma a garantir uma adequada preparação e requalificação permanente, contribuindo assim para a manutenção do elevado padrão de serviço prestado pela Futuro.

As sessões formativas envolveram a totalidade dos colaboradores da empresa, atingindo-se cerca de 2344 horas formativas, num total de 39 ações de formação realizadas. Procuraram-se reforçar, em particular, competências na área de Inglês, Informática na ótica do utilizador, Gestão e Fiscalidade.

Considerando os diversos temas abordados, a distribuição da formação realizada durante o ano foi a seguinte (contabilizando o número de horas de formação): Inglês-45,9%, Informática-39,1%, Gestão-6,7%, Fiscalidade-6,1%; Administrativa-2,3%.

PESO DA FORMAÇÃO POR ÁREA (Nº DE HORAS)



No âmbito do Sistema Integrado de Gestão, é analisada e avaliada a utilidade e eficácia das ações de formação, bem como a qualidade das empresas formadoras e o seu contributo para o cumprimento de objetivos e melhoria de competências.

Plano de Pensões dos Colaboradores da Futuro

A Futuro tem um Plano de Pensões complementar do regime público de Segurança Social e independente das pensões atribuídas por esse regime. É garantido um complemento de reforma aos Colaboradores que, à data de reforma, estejam ao serviço da Empresa e reúnam os requisitos de exigibilidade definidos no Plano de Pensões.

Existem também direitos adquiridos ao abrigo deste plano de pensões, em caso de saída da empresa antes da passagem à reforma por idade. A Sociedade Gestora tem cumprido com as contribuições necessárias para cobertura das responsabilidades assumidas, tendo-se atingido no final do ano um rácio de cobertura de 115,9%.

Em 2023, a descida da taxa de desconto (de 4,23% para 3,60%) resultou numa perda atuarial de cerca de 464 mil euros, que foi atenuada pelo ganho financeiro de cerca de 156 mil euros, ascendendo o total das perdas atuariais e financeiras a 308 mil euros, aproximadamente.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

O Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Futuro junta ao cumprimento dos requisitos da ISO 9001: 2015, a conformidade com a Norma 8/2009 (SGRCI) da ASF e com as normas GIPS. O sistema evidencia níveis elevados de integração e métodos consistentes de identificação de riscos a que a entidade gestora e os fundos de pensões geridos se encontram expostos, os quais estão em consonância com o exigido na Norma ISO 9001: 2015, tendo sido efetuada a habitual auditoria de acompanhamento com “Zero Não Conformidades”.

A conformidade do SIG foi atestada pela APCER, com emissão do “Certificado de Conformidade” e do “Certificado *IQnet- International Certification Network*”. A Certificação é válida até maio de 2024 e foi obtida em outubro de 2001, cobrindo todas as áreas de atuação da Futuro: conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de fundos de pensões abertos e fechados.

A Certificação da Qualidade tem concorrido para a satisfação dos Clientes dos Fundos de Pensões da Futuro, facto que é reconhecido pela confiança de importantes empresas e de dezenas de milhar de participantes individuais que têm confiado à Futuro a gestão das suas poupanças para a reforma.

GIPS Compliance

Desde 2013, a Futuro viu reconhecida a conformidade com as Normas *GIPS - Global Investment Performance Standard*¹, as quais exigem o cumprimento de um conjunto de princípios padronizados e internacionalmente aceites na avaliação das rendibilidades dos Fundos sob gestão.

Governo Societário

O Governo Societário da Futuro teve como alteração, em 2023, a substituição do ROC, bem como a renúncia ao cargo de um membro da Comissão de Vencimentos.

Em 2021 havia sido contratada a BDO & Associados, SROC como nova empresa de auditoria, para o triénio 2021-2023, passando o Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, igualmente em representação daquela sociedade, a ser o Revisor Oficial de Contas da Futuro e dos Fundos geridos. Por motivos de passagem à situação de reforma, na Assembleia Geral de 2023, foi aprovada a respetiva substituição na função pela Dra. Sandra Simões Filipe.

Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno

Em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente com a Norma Regulamentar Nº 8/2009-R, de 4 de junho - Gestão de Risco e Controlo Interno, a Futuro possui uma estrutura organizacional bem definida e ajustada ao desenvolvimento da atividade.

O sistema de controlo interno da entidade gestora tem por base um eficiente sistema de gestão de riscos, bem como atividades de controlo e procedimentos de monitorização apropriados e

¹ Para receber a lista descritiva dos vários Compósitos da Futuro, pode contactar-nos através do número de telefone (+351) 210 416 005 ou através do endereço eletrónico geral@futuro-sa.pt.

claramente definidos, e que se encontram suportados pela documentação do Sistema Integrado de Gestão, devidamente certificado pela APCER ao abrigo da ISO 9001: 2015, conforme atrás referido.

Neste campo, e no cumprimento da legislação e regulamentação nacional, a Futuro adotou um conjunto de Políticas e orientações emanadas da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, que aprovou o novo Regime Jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões. No mesmo contexto, é considerada a regulamentação aprovada pela Autoridade de Seguros e Pensões (ASF).

A gestão de risco é um processo contínuo e tem como objetivo a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo de todos os riscos materiais a que a entidade gestora e os fundos de pensões por si geridos se encontram expostos, tanto a nível interno como externo, de forma a assegurar que os mesmos se mantêm a um nível que não afete significativamente a respetiva situação financeira nem os interesses dos participantes ou beneficiários dos fundos de pensões.

A Auditoria Interna assegura a necessária independência no exercício da sua função no âmbito do sistema de controlo interno, aferindo a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos outros elementos do sistema de governação. Relativamente ao exercício de 2023, foi verificado o cumprimento e validada a eficácia do sistema e seus controlos, visando a melhoria contínua da atividade e a mitigação dos seus riscos, com um alinhamento adequado com os normativos de referência.

A função de Compliance, desenvolvida pela Área de Risco e Compliance da Futuro, compreende o acompanhamento e a avaliação do cumprimento dos deveres e obrigações da entidade gestora e procede à análise do impacto de alterações legais no funcionamento operacional da empresa. Neste domínio, foram acompanhados os diversos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, sendo emitidas recomendações sempre que oportuno, no sentido de tomar medidas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências, de modo a assegurar robustez e segurança na atividade desenvolvida.

A atuação do Compliance procura também, no âmbito da manutenção do sistema de controlo interno, assegurar uma gestão eficaz da prevenção de branqueamento de capitais e de financiamento de terrorismo, sendo este um processo que tem conhecido um aumento de complexidade e sofisticação nos últimos anos, nomeadamente tendo em consideração a evolução das metodologias e técnicas empregues com o propósito de ocultar a proveniência ilícita de bens, dissimulando a sua fonte, o seu titular e o fim a que se destinam.

Riscos associados à atividade da Entidade Gestora

No ano de 2023 verificaram-se rendibilidades elevadas nos mercados financeiros, conforme já referido em capítulos anteriores.

Como consequência, o risco decorrente da garantia de capital existente em relação aos fundos de garantia de capital permaneceu devidamente salvaguardado quer pela provisão constituída especificamente para sua cobertura parcial, quer por um elevado nível de capital próprio, que tem assegurado o cumprimento dos requisitos de solvência da Empresa.

No que respeita a alterações de legislação com impacto na atividade, procedeu-se à verificação da implementação do novo regime jurídico dos fundos de pensões, que veio inserir diversas alterações relativas à documentação a utilizar por parte das entidades gestoras de fundos de pensões, nomeadamente no que respeita às políticas, e à documentação de informação pré contratual e

contratual. Ao longo do ano, a Futuro efetuou alterações nalgumas Políticas, face às necessidades encontradas no que se refere a uma melhor adaptação e atualização das mesmas.

Relativamente ao quadro normativo oriundo da Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões, salientam-se duas novas normas surgidas em 2023: a Norma Regulamentar N.º 5/2023-R, de 11 de julho, sobre a Prestação de informação à ASF, e a Norma Regulamentar N.º 9/2023-R, de 3 de outubro, que versa sobre matéria de Registo Prévio para o exercício de funções reguladas.

Decorrente da Norma Regulamentar N.º 7/2022-R, de 7 de junho, alusiva à conduta de mercado e tratamento de reclamações, teve continuidade a sua aplicabilidade, através de novos deveres de reporte e divulgação pública no sítio na internet da Futuro, onde existe um separador específico denominado “Informações relevantes para o cliente”, o qual inclui toda a informação relevante no âmbito da conduta de mercado.

As regras adotadas estão alinhadas com o código de conduta da Futuro, o qual se encontra, por sua vez, ajustado aos princípios seguidos pelo seu acionista maioritário, visando reforçar e alinhar a cultura institucional com os valores e as especificidades do Grupo.

Risco dos Fundos Geridos

Os procedimentos adotados relativos à gestão de risco permitem delimitar com rigor o nível de risco aceitável para cada Fundo, tendo em consideração a respetiva política de investimentos estabelecida.

O sistema de gestão de riscos tem em consideração os riscos específicos de cada plano de pensões, o risco de mercado, o risco de crédito, o risco de concentração e o risco de liquidez.

Durante o ano, através das suas reuniões mensais, o Comité de Investimentos da Futuro teve a oportunidade de se ir pronunciando sobre a estratégia delineada e ajustamentos que se foram revelando necessários, em função da evolução global dos mercados financeiros, tendo em conta a sua volatilidade, em particular, a evolução das taxas de juro.

Além da intervenção deste Órgão, as carteiras de ativos foram permanentemente monitorizadas, assegurando o cumprimento dos requisitos legais e contratuais.

PERSPETIVAS PARA A SOCIEDADE

O mundo confronta-se com conflitos bélicos em diversas áreas geográficas, considerando-se como mais impactantes e disruptivos à escala mundial a guerra entre a Ucrânia e a Rússia e o conflito mais recente no Médio Oriente, cujas implicações já originaram, por diversas vezes, receios de se estar perante o possível início de uma terceira guerra mundial.

A nível económico, conforme atrás referido, caso os conflitos bélicos não se intensifiquem nem alastrem a outras geografias, é expectável uma aceleração do crescimento na Zona Euro, embora ainda num patamar relativamente baixo de 0,8%. Para a economia portuguesa, a perspetiva é de abrandamento, o mesmo se aplicando à economia global.

O baixo crescimento terá como contrapartida a redução da pressão inflacionista e, em consequência, também o início da inversão do ciclo de subida de taxas de juro, o que tenderá a ser favorável para as famílias e empresas em geral.

Por conseguinte, é expectável que o negócio da Futuro evolua a um ritmo semelhante ao observado em 2023, com manutenção do crescimento das carteiras sob gestão.

A perspetiva de angariação de negócio junto de novas empresas é igualmente favorável, face aos contactos estabelecidos ao longo do ano anterior e que, portanto, permitem antever a concretização de mais alguns contratos.

No segmento de particulares, a evolução macroeconómica esperada é consentânea com uma evolução igualmente positiva.

As questões ligadas à Sustentabilidade mantêm-se na ordem do dia. Neste campo, a atuação da Futuro necessita de ser intensificada, no sentido de assegurar um alinhamento com os critérios mais exigentes do regulamento europeu de Divulgação de Finanças Sustentáveis, mais conhecido pela sigla inglesa SFDR (*Sustainable Finance Disclosure Regulation*).

No que se refere a metodologias de trabalho e canais de comunicação, pretende-se igualmente assegurar uma evolução, nomeadamente mediante utilização de “*business intelligence*”, procurando melhorar o nível de serviço prestado a clientes e aumentar o número de clientes com acesso online.

O ano será fértil em atos eleitorais, alguns dos quais com potencial impacto a nível internacional: legislativas no Irão a 1 de março, presidenciais na Rússia também em março, Índia entre abril e maio, Parlamento Europeu em junho, Reino Unido, ainda sem data marcada, e finalmente eleições presidenciais norte-americanas a 5 de novembro. Em Portugal, as legislativas estão marcadas para dia 10 de março.

O grau de incerteza quanto à evolução política e económica nas diferentes zonas geográficas é, portanto, elevado, o que requer uma análise continuada e atenta dos diversos indicadores, a fim de procurar minimizar os impactos da volatilidade dos mercados financeiros.

Não obstante, a robustez do negócio da Futuro e bem assim a forma como a empresa se encontra estruturada deverão permitir enfrentar, sem disrupções, possíveis desafios, tal como já sucedeu por diversas vezes no passado.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado bruto apurado no exercício foi de 750.272,05€ e o resultado líquido resultante de 562.922,07€, a que corresponde uma rentabilidade do capital social de 22% e uma rentabilidade do capital próprio de 5,3%.

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- ▶ Distribuição de dividendos: 539.028,00€ (1.05€/ação);
- ▶ Transferência para outras reservas 23.894,07€.

NOTA FINAL

Os bons resultados de 2023 justificam uma palavra de apreço por parte do Conselho de Administração a todos os trabalhadores, pelo reconhecido empenho, esforço e dedicação que contribuíram, mais uma vez, para a consolidação da imagem e posição concorrencial da Futuro no mercado.

Igualmente se manifesta o apreço pelo papel desempenhado pelas diversas entidades que, em permanência, contribuem para o bom funcionamento e desenvolvimento do setor de Fundos de Pensões e àquelas que, de forma direta, suportam o crescimento do negócio e a angariação de clientes.

São elas:

- ▶ O **Banco Montepio**, na qualidade de Banco Depositário e de entidade comercializadora dos Fundos Abertos geridos pela Sociedade;
- ▶ A **Montepio Gestão de Activos**, enquanto responsável pela gestão direta de ativos;
- ▶ A **Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)**
- ▶ A **APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento**, Pensões e Patrimónios;
- ▶ O Senhor **Provedor dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões**, Dr. Francisco de Medeiros Cordeiro;
- ▶ Os **parceiros e mediadores** que têm contribuído para a angariação de novos negócios, em particular o Banco BIG.

Pela colaboração prestada na gestão corrente e fiscalização da Empresa, fica igualmente uma palavra de agradecimento aos:

- ▶ Membros da Assembleia Geral
- ▶ Membros do Conselho Fiscal
- ▶ Membros da Comissão de Vencimentos e da Comissão de Avaliação

Lisboa, 23 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração

| | |
|-----------------------------|--|
| Presidente: | Virgílio Manuel Boavista Lima |
| Administradores Executivos: | José Luís Esparteiro da Silva Leitão Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto |
| Vogal: | José Mendes Alfaia |
| Vogal: | João António Morais da Costa Pinto |

▶ **DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

BALANÇO

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euro

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS | |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| | | 2023 | 2022 Reexpresso |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 7 | 91 284 | 110 809 |
| Ativos intangíveis | 8 | 20 398 | 34 972 |
| Outros investimentos financeiros | 9 | 6 658 943 | 4 565 187 |
| Ativos por impostos diferidos | 10 | 90 225 | 77 625 |
| | | 6 860 851 | 4 788 593 |
| Ativo corrente | | | |
| Clientes | 11 | 1 888 727 | 1 776 500 |
| Estado e outros entes públicos | 12 | - | 100 318 |
| Outros créditos a receber | 13 | 657 593 | 935 819 |
| Diferimentos | 14 | 127 837 | 106 930 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 15 | 357 112 | 2 187 980 |
| Caixa e depósitos bancários | 5 | 3 290 191 | 3 040 757 |
| | | 6 321 460 | 8 148 304 |
| Total do ativo | | 13 182 311 | 12 936 898 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital Próprio | | | |
| Capital subscrito | 16 | 2 566 800 | 2 566 800 |
| Reservas legais | 17 | 513 360 | 513 360 |
| Outras reservas | 18 | 6 759 255 | 6 757 692 |
| Ajustamentos / outras variações no capital próprio | 18 | 137 377 | 445 619 |
| | | 562 922 | 83 700 |
| Resultado Líquido do período | | | |
| Total do capital próprio | | 10 539 714 | 10 367 171 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 20 | 401 000 | 345 000 |
| | | 401 000 | 345 000 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 21 | 104 734 | 76 394 |
| Estado e outros entes públicos | 12 | 226 667 | 127 604 |
| Outras dívidas a pagar | 22 | 1 910 196 | 2 020 728 |
| | | 2 241 598 | 2 224 726 |
| Total do passivo | | 2 642 598 | 2 569 726 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 13 182 311 | 12 936 898 |

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euro

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | Períodos | |
|--|-------|----------------|--------------------|
| | | 2023 | 2022 Reexpresso |
| Vendas e serviços prestados | 23 | 9 919 345 | 9 721 195 |
| Fornecimentos e serviços externos | 24 | (4 629 180) | (4 435 284) |
| Gastos com o pessoal | 25 | (2 368 439) | (2 354 534) |
| Provisões (aumentos/reduções) | 26 | (56 000) | (107 942) |
| Aumentos / reduções de justo valor | 27 | 19 288 | (137 749) |
| Outros rendimentos | 28 | 47 233 | 698 |
| Outros gastos | 29 | (2 480 466) | (2 499 072) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 451 781 | 187 312 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 30 | (48 111) | (71 100) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 403 670 | 116 212 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 31 | 346 602 | 56 507 |
| Resultado antes de impostos | | 750 272 | 172 719 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 10 | (187 350) | (89 019) |
| Resultado líquido do período | | 562 922 | 83 700 |
| Resultado por ação básico | | 1,10 | 0,16 |

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euro

| RUBRICAS | NOTAS | Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe | | | | | | | | | | | Interesses que não controlam | Total do Capital Próprio |
|---|-------------|--|-------------------------|--|--------------------|-----------------|-----------------|------------------------|-----------------------------|--|------------------------------|-------------|------------------------------|--------------------------|
| | | Capital subscrito | Ações (quotas) próprias | Outros instrumentos de capital próprio | Prémios de emissão | Reservas legais | Outras reservas | Resultados Transitados | Excedentes de revalorização | Ajustamentos / Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total | | |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2022 | 1 | 2 566 800 | - | - | - | 513 360 | 6 703 953 | - | - | (528 066) | 1 208 799 | 10 464 846 | - | 10 464 846 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | 32 | - | - | - | - | - | - | - | - | 973 685 | 973 685 | - | 973 685 | |
| | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - | 973 685 | - | 973 685 | - | 973 685 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 3 | | | | | | | | | | 83 700 | 83 700 | - | 83 700 |
| RESULTADO INTEGRAL | 4=2+3 | | | | | | | | | | 83 700 | 1 057 385 | - | 1 057 385 |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | |
| Distribuições | 20 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (1 155 060) | (1 155 060) | - | (1 155 060) |
| Outras operações | 5 | - | - | - | - | - | 53 739 | - | - | - | (53 739) | - | - | - |
| | 5 | - | - | - | - | - | 53 739 | - | - | - | (1 208 799) | (1 155 060) | - | (1 155 060) |
| POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2022 | 6=1+2+3+5 | 2 566 800 | - | - | - | 513 360 | 6 757 692 | - | - | 445 619 | 83 700 | 10 367 171 | - | 10 367 171 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | 32 | - | - | - | - | - | - | - | - | (308 242) | (308 242) | - | (308 242) | |
| | 7 | - | - | - | - | - | - | - | - | (308 242) | - | (308 242) | - | (308 242) |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 8 | | | | | | | | | | 562 922 | 562 922 | - | 562 922 |
| RESULTADO INTEGRAL | 9=7+8 | | | | | | | | | | 562 922 | 254 680 | - | 254 680 |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | |
| Distribuições | 19 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (82 138) | (82 138) | - | (82 138) |
| Outras operações | 10 | - | - | - | - | - | 1 562 | - | - | - | (1 562) | - | - | - |
| | 10 | - | - | - | - | - | 1 562 | - | - | - | (83 700) | (82 138) | - | (82 138) |
| POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2023 | 11=6+7+8+10 | 2 566 800 | - | - | - | 513 360 | 6 759 255 | - | - | 137 377 | 562 922 | 10 539 714 | - | 10 539 714 |

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Unidade Monetária: Euro

| RUBRICAS | PERÍODOS | |
|--|-------------|-------------|
| | 2023 | 2022 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto | | |
| Recebimentos de clientes | 9 330 411 | 8 911 267 |
| Pagamentos a fornecedores | (6 305 392) | (5 504 129) |
| Pagamentos ao pessoal | (1 143 528) | (1 072 906) |
| Caixa gerada pelas operações | 1 881 490 | 2 334 232 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | 30 388 | (335 133) |
| Outros recebimentos/pagamentos | (1 355 083) | (1 461 279) |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | 556 796 | 537 820 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Ativos fixos tangíveis | (14 342) | (4 317) |
| Ativos intangíveis | (6 773) | (1 038) |
| Investimentos financeiros | (2 084 320) | (4 561 680) |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Investimentos financeiros | | 4 545 500 |
| Outros ativos | 1 849 618 | - |
| Juros e rendimentos similares | 30 593 | 16 453 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | (225 223) | (5 082) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Dividendos | (82 138) | (1 155 060) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | (82 138) | (1 155 060) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | 249 434 | (622 322) |
| Efeito das diferenças de câmbio | - | - |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 3 040 757 | 3 663 079 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 3 290 191 | 3 040 757 |

Lisboa, 29 de fevereiro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**▶ ANEXOS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em Euro)

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Futuro” ou “Sociedade”) é uma Sociedade Anónima, com sede na Rua do Carmo nº 42, 6º piso - Lisboa, constituída por escritura de 14 de janeiro de 1988 e que tem por objeto social a instituição, administração, gestão e representação de Fundos de Pensões.

A Sociedade é detida pelas seguintes entidades:

| Entidade | Sede Social |
|--------------------------------------|---|
| Montepio Geral Associação Mutualista | R. do do Ouro 219 a 241, 1100-062 Lisboa, Portugal |
| Fundação Oriente | Edifício Pedro Álvares Cabral - Doca de Alcântara Norte 1350-352 LISBOA |
| Santa Casa da Misericórdia de Lisboa | Largo Trindade Coelho 1200-470 LISBOA |
| NAV PORTUGAL, E.P.E. | Rua D - Edifício 121 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA |
| Ana - Aeroportos de Portugal, SA | Rua D - Edifício 120 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA |

De acordo com o regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de Fundos de Pensões, a Futuro encontra-se sujeita à supervisão da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões).

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos:

Fundos Fechados:

- Fundo de Pensões Fundação Oriente
- Fundo de Pensões Montepio Geral
- Fundo de Pensões NAV - E.P. Complementos
- Fundo de Pensões NAV - E.P.E. SINCTA
- Fundo de Pensões NAV - SINCTA – Plano CD
- Fundo de Pensões Santa Casa Misericórdia de Lisboa em cogestão com CGD Pensões e SGF
- Fundo de Pensões Vista Alegre
- Fundo de Pensões RUBIS A
- Fundo de Pensões RUBIS B
- Fundo de Pensões ArLíquido
- Fundo de Pensões Xerox
- Fundo de Pensões Montepio Geral - Associação Mutualista
- Fundo de Pensões CMVM
- Fundo de Pensões L'ORÉAL PORTUGAL

Fundos Abertos:

- Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas
- Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro

- Fundo de Pensões Viva
- Fundo de Pensões Futuro Clássico
- Fundo de Pensões PPA Acção Futuro
- Fundo de Pensões PPR Geração Activa
- Fundo de Pensões Futuro XXI
- Fundo de Pensões Futuro Activo
- Fundo de Pensões Futuro Life
- Fundo de Pensões PPR BIG Big Acções Alpha
- Fundo de Pensões PPR BIG Taxa Plus
- Fundo de Pensões PPR BIG Obrigações Estratégico
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Equilibrado
- Fundo de Pensões PPR BIG Conservador
- Fundo de Pensões PPR BIG Moderado
- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Equilibrado
- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Moderado
- Fundo de Pensões PPR Premium Aforro
- Fundo de Pensões PPR Premium Moderado
- Fundo de Pensões Futuro Plus
- Fundo de Pensões Corporate Moderado
- Fundo de Pensões Corporate Dinâmico
- Fundo de Pensões Corporate Crescimento
- Fundo de Pensões PPR Premium Dinâmico Ações
- Fundo de Pensões Aberto BK Dinâmico
- Fundo de Pensões Aberto BK Moderado
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Dinâmico
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Estratégico
- Fundo de Pensões PPR WEALTH

No mês de novembro procedeu-se à extinção do Fundo de Pensões Pinto Basto Comercial e Empresas coligadas, com a integração no Fundo Viva.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (“NCFR”), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de fevereiro de 2024, são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023 e na informação comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022.

Não foram feitas interrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

NOTA 3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

NOTA 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos ao justo valor através de resultados.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 nas Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciables. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

| | Anos |
|--------------------------------|-------|
| Edifícios e outras construções | 50 |
| Equipamento básico | 10 |
| Equipamento de transporte | 4 |
| Equipamento administrativo | 1 - 8 |

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Propriedades de Investimento

A Sociedade classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para obter rendas e/ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

| | Anos |
|--------------------------------|------|
| Edifícios e outras construções | 50 |

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

c) Ativos fixos intangíveis

A Sociedade reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Sociedade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

| | Anos |
|---------------------------|-------------|
| Programas de computador | 3 |
| Outros ativos intangíveis | 3 |

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

d) Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

e) Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000 euros está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros; e,
- 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta nova norma aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data.

A dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 65% do lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições, nos períodos de tributação posteriores.

O limite referido no ponto anterior é aumentado em 10% relativamente aos prejuízos fiscais apurados no período de tributação de 2020 e 2021.

Os períodos de tributação de 2020 e 2021 não relevam para efeitos da contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

A Sociedade procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Sociedade:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e,
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

f) Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é

materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante).

h) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto.

j) Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego – Plano de benefício definido

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, a Sociedade aderiu ao Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

O plano de pensões existente na Sociedade corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define o critério de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade líquida da Sociedade relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O rendimento/gasto de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o rendimento/gasto líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio.

A Sociedade reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o rendimento/gasto líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O rendimento/gasto líquido com o plano de pensões é reconhecido em resultados consoante a sua natureza.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo atuário da Futuro designado para o efeito.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

m) Rédito/Prestação de Serviços (Comissões)

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e,
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados com as prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos de Pensões que administra são remunerados sob a forma de comissões, reconhecidas na rubrica Prestações de serviços da demonstração de resultados. As principais comissões cobradas pela Sociedade são as que a seguir se descrevem:

i) Comissão de administração

A Comissão de administração corresponde à remuneração da Sociedade pela administração corrente dos Fundos Fechados, nomeadamente pelo processamento contabilístico, verificação e pagamento das pensões e outras funções relacionadas com serviços de gestão corrente.

Esta comissão é calculada por aplicação de uma taxa definida nos respetivos contratos de gestão que incide sobre o valor das contribuições efetuadas para os Fundos, sendo cobrada e reconhecida aquando da realização das referidas contribuições.

ii) Comissão de gestão

A Comissão de gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão financeira e atuarial dos Fundos Fechados e Abertos.

Esta comissão é registada mensalmente nas Demonstrações Financeiras da Sociedade, com base no cálculo diário, no caso dos Fundos de Pensões Abertos e mensalmente nos Fundos Pensões Fechados, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos e contratos de gestão que incide sobre o património líquido dos Fundos.

iii) Comissão de excesso de rendibilidade

A Comissão de excesso de rendibilidade corresponde à remuneração da *performance* financeira que a Sociedade obtém na gestão de Fundos Fechados, sendo calculada por aplicação de um coeficiente, definido nos respetivos contratos de gestão, ao excesso de rendibilidade apurado face à rendibilidade de referência (igualmente definida nos contratos de gestão). Esta comissão é apurada periodicamente, por norma semestralmente, e incide sobre o valor patrimonial do Fundo Fechado.

iv) Comissões cobradas aos subscritores - Fundos Abertos

Comissão de reembolso

Em 31 de dezembro de 2009 e até 18 de abril de 2010, a comissão de reembolso definida para os Fundos Abertos era na generalidade 2%. A partir dessa data a comissão de reembolso passou a ser 0%, com as exceções do Fundo de Pensões Garantia de Futuro e Fundo de Pensões Futuro Plus, em que a comissão de reembolso é 0,5% e dos reembolsos antecipados dos Fundos Abertos em que a comissão ascende a 2%.

n) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

o) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 29 de fevereiro de 2024, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 38.

p) Instrumentos Financeiros

A Sociedade reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Sociedade designa, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas de imparidade;
- Ativos financeiros que a Sociedade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva menos qualquer perda por imparidade; ou,
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; e,
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia

escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

A Sociedade optou por reconhecer, mensurar e divulgar os instrumentos financeiros de acordo com as normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002.)

q) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital, como sejam dividendos, são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Na data de aprovação das contas por parte do Órgão de Gestão, este não tem conhecimento de qualquer obrigação de entregar dinheiro ou qualquer outro ativo, por contrapartida destes instrumentos de capital. Informa-se, no entanto, que o Conselho de Administração irá propor à Assembleia-Geral a distribuição de um dividendo total de 539.028,00€, que caso venha a ser aprovado, constituirá um passivo, nessa data, por contrapartida da redução de capital próprio.

r) Comissões de comercialização

Correspondem às comissões devidas à Caixa Económica Montepio Geral e Mii Capital pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

Estas comissões encontram-se reconhecidas na rubrica Outros Gastos e perdas (Nota 29).

s) Descontos e Abatimentos em prestação de serviços

Corresponde a uma oferta de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos a Clientes que cumpram cumulativamente certas condições previstas no contrato de subscrição e que estão relacionadas nomeadamente com o tempo de permanência no Fundo.

A Sociedade regista o valor das ofertas de unidades de participação na rubrica Prestações de serviços – Descontos e abatimentos.

t) Garantia a Clientes

A Sociedade garante o valor do capital investido às subscrições efetuadas a partir de 9-6-2003, pelos participantes do Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro e garante o capital investido no Fundo FUTURO PLUS de 5 em 5 anos, em que a garantia foi verificada, pela primeira vez, no dia 31/10/2019 e, daí em diante, a 31 de outubro de cada ano.

u) Fundos de pensões sob gestão

A atividade da Sociedade, no que se refere à gestão contratada de Fundos de Pensões, encontra-se divulgada na nota 36. Os Ativos dos Fundos são valorizados em conformidade com as regras definidas pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), na Norma regulamentar n.º 26/2002-R de 31 de dezembro e Norma regulamentar n.º 9/2007-R de 28 de junho.

4.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital

próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Sociedade, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que

podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Em 2024, apesar dos conflitos militares existentes em várias áreas geográficas e dos seus impactos na economia global e nos mercados financeiros, não se indiciam situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Sociedade.

4.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incerteza encontram-se detalhadas na nota 4.4.

NOTA 5 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Sociedade classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

| | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| | Euro | Euro |
| Depósitos a prazo | 2 300 000 | 1 500 000 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 989 691 | 1 540 257 |
| Caixa | 500 | 500 |
| Caixa e depósitos bancários | 3 290 191 | 3 040 757 |

As taxas de Juro dos depósitos a prazo em 31 de dezembro de 2023 variaram entre 2% e 3,75% (2022: variava entre 0,35% e 0,50%)

As taxas de Juro dos depósitos à ordem existentes em 31 de dezembro de 2023 eram de:

- 1% para saldo médio de DO mensal superior a 1 milhão
- 1,25% para saldo médio de DO mensal superior a 5 milhões
- 1,5% para saldo médio de DO mensal superior a 20 milhões

Em 2022 era nula.

NOTA 6 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2023, a Sociedade procedeu à uniformização de critérios de registo contabilístico associados às várias entidades gestoras de ativos dos Fundos de Pensões geridos pela nossa Sociedade.

A Sociedade passou a registar nas demonstrações financeiras a totalidade do rédito dos Fundos de Pensões BIG e Bankinter e a registar na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos a totalidade das comissões de gestão de ativos cobradas pelas entidades gestoras dos ativos (Banco BIG e Bankinter).

Anteriormente a Sociedade apenas recebia e contabilizava o valor líquido entre o rédito e as comissões de gestão de ativos dos Fundos de Pensões geridos por estas entidades, sendo as comissões de gestão de ativos pagas diretamente por cada Fundo diretamente às entidades gestoras dos ativos (BIG e Bankinter).

Estas alterações não influenciam o resultado líquido da Sociedade.

Face a esta alteração procedeu-se à reexpressão da informação financeira na Demonstração de Resultados e no Balanço de 2022.

| Demonstração Resultados | 31-12-2022 Divulgado | Ajustamento | 31-12-2022 Reexpresso |
|--------------------------------|-------------------------|-------------|--------------------------|
| Vendas Prestações Serviços | 7 984 799 | 1 736 396 | 9 721 196 |
| FSE | (2 698 888) | (1 736 396) | (4 435 284) |

| Balanço | 31-12-2022 Divulgado | Ajustamento | 31-12-2022 Reexpresso |
|-------------------------|-------------------------|-------------|--------------------------|
| Ativo Corrente | | | |
| Clientes | 1 347 889 | 428 611 | 1 776 500 |
| Passivo Corrente | | | |
| Outras dívidas a Pagar | 1 592 117 | 428 611 | 2 020 728 |

NOTA 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são as seguintes:

| | 2023 Euro | 2022 Euro |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Valor Bruto | | |
| Equipamento básico | 138 749 | 138 749 |
| Equipamento administrativo | 477 881 | 469 790 |
| Património artístico | 44 478 | 44 478 |
| | <u>661 108</u> | <u>653 017</u> |
| Depreciações acumuladas e imparidade | | |
| Depreciações do período | (27 616) | (26 895) |
| Depreciações acumuladas de períodos anteriores | (542 208) | (515 313) |
| | <u>(569 824)</u> | <u>(542 208)</u> |
| Valor líquido contabilístico | <u>91 284</u> | <u>110 809</u> |

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2023 são analisados como segue:

| 2023 | | | | | |
|---|--------------------|---------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------|
| | Saldo em jan-23 | Aquisições | Alienações / Abates | Outros | Saldo em dez-23 |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| Valor bruto | | | | | |
| Equipamento básico | 138 749 | - | - | - | 138 749 |
| Equipamento administrativo | 469 790 | 8 091 | - | - | 477 881 |
| Património artístico | 44 478 | - | - | - | 44 478 |
| | <u>653 017</u> | <u>8 091</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>661 108</u> |
| | | | | | |
| | Saldo em jan-23 | Depreciação do período | Imparidade do período | Alienações / Abates | Saldo em dez-23 |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| Depreciações acumuladas e imparidade | | | | | |
| Equipamento básico | 128 344 | 1 628 | - | - | 129 972 |
| Equipamento administrativo | 413 864 | 25 988 | - | - | 439 852 |
| | <u>542 208</u> | <u>27 616</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>569 824</u> |

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2022 são analisados como segue:

| 2022 | | | | | |
|---|--------------------|---------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------|
| | Saldo em jan-22 | Aquisições | Alienações / Abates | Outros | Saldo em dez-22 |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| Valor bruto | | | | | |
| Equipamento básico | 138 749 | - | - | - | 138 749 |
| Equipamento administrativo | 454 976 | 14 814 | - | - | 469 790 |
| Património artístico | 44 478 | - | - | - | 44 478 |
| | <u>638 203</u> | <u>14 814</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>653 017</u> |
| | | | | | |
| | Saldo em jan-22 | Depreciação do período | Imparidade do período | Alienações / Abates | Saldo em dez-22 |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| Depreciações acumuladas e imparidade | | | | | |
| Equipamento básico | 126 716 | 1 628 | - | - | 128 344 |
| Equipamento administrativo | 388 597 | 25 267 | - | - | 413 864 |
| | <u>515 313</u> | <u>26 895</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>542 208</u> |

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

NOTA 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

| | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| | Euro | Euro |
| Valor Bruto | | |
| Programas de computador | 840 528 | 835 304 |
| Outros ativos intangíveis | 14 505 | 13 808 |
| | <u>855 033</u> | <u>849 112</u> |
| Amortizações acumuladas e imparidade | | |
| Amortizações do período | (20 495) | (44 205) |
| Amortizações acumuladas de períodos anteriores | (814 140) | (769 935) |
| | <u>(834 635)</u> | <u>(814 140)</u> |
| Valor líquido contabilístico | <u>20 398</u> | <u>34 972</u> |

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2023 são analisados como segue:

| | 2023 | | | | |
|---|--------------------|---------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------|
| | Saldo em jan-23 | Aquisições | Alienações / Abates | Outros | Saldo em dez-23 |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| Valor bruto | | | | | |
| Programas de computador | 835 304 | 5 224 | - | - | 840 528 |
| Outros ativos intangíveis | 13 808 | 697 | - | - | 14 505 |
| Ativos fixos intangíveis em curso | - | - | - | - | - |
| | <u>849 112</u> | <u>5 921</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>855 033</u> |
| | Saldo em jan-23 | Amortização do período | Imparidade do período | Alienações / Abates | Saldo em 45 261 |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| Amortizações acumuladas e imparidade | | | | | |
| Programas de computador | 800 332 | 19 797 | - | - | 820 129 |
| Outros ativos intangíveis | 13 808 | 698 | - | - | 14 506 |
| | <u>814 140</u> | <u>20 495</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>834 635</u> |

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2022 são analisados como segue:

| | 2022 | | | | |
|---|--------------------|---------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------|
| | Saldo em jan-22 | Aquisições | Alienações / Abates | Outros | Saldo em dez-22 |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| Valor bruto | | | | | |
| Programas de computador | 833 277 | 2 027 | - | - | 835 304 |
| Outros ativos intangíveis | 13 046 | 762 | - | - | 13 808 |
| Ativos fixos intangíveis em curso | - | - | - | - | - |
| | <u>846 323</u> | <u>2 789</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>849 112</u> |
| | | | | | |
| | Saldo em jan-22 | Amortização do período | Imparidade do período | Alienações / Abates | Saldo em 44 896 |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| Amortizações acumuladas e imparidade | | | | | |
| Programas de computador | 756 889 | 43 443 | - | - | 800 332 |
| Outros ativos intangíveis | 13 046 | 762 | - | - | 13 808 |
| | <u>769 935</u> | <u>44 205</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>814 140</u> |

As amortizações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

NOTA 9 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A rubrica Outros investimentos financeiros é analisada como segue:

| | 2023 | | | | |
|------------------------------------|--------------------|------------------|-------------|----------------|--------------------|
| | Saldo em jan-23 | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo em dez-23 |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| F. Compensação Trabalho | 4 178 | 564 | - | - | 4 742 |
| OBRIG VERDES GREENVOLT - 2022_2027 | 1 500 000 | - | - | - | 1 500 000 |
| OBRIG CAIXA GERAL DEPOSITOS 22_28 | 2 061 009 | 2 063 658 | - | - | 4 124 667 |
| FUNDO IMOB. CORUM ORIGIN | 1 000 000 | 29 534 | - | - | 1 029 534 |
| | <u>4 565 187</u> | <u>2 093 756</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>6 658 943</u> |

| | 2022 | | | | |
|------------------------------------|--------------------|------------------|-------------|----------------|--------------------|
| | Saldo em jan-22 | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo em dez-22 |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| F. Compensação Trabalho | 2 361 | 1 817 | - | - | 4 178 |
| OBRIG VERDES GREENVOLT - 2022_2027 | - | 1 500 000 | - | - | 1 500 000 |
| OBRIG CAIXA GERAL DEPOSITOS 22_28 | - | 2 061 009 | - | - | 2 061 009 |
| FUNDO IMOB. CORUM ORIGIN | - | 1 000 000 | - | - | 1 000 000 |
| | <u>2 361</u> | <u>4 562 826</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>4 565 187</u> |

Foi efetuado um reforço do investimento nas Obrigações Caixa Geral Depósitos 22-28, com o desinvestimento no Fundo Investimento Mobiliário – Montepio Obrigações (nota 15)

NOTA 10 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se sujeita ao Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e correspondente derrama. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis, pelo que as declarações dos anos de 2020 a 2023 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão por parte da Administração Tributária.

Contudo, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Para além do imposto corrente, a Sociedade regista em resultados o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--------------------|----------------|---------------|
| Imposto corrente | 199 950 | 113 306 |
| Impostos diferidos | (12 600) | (24 287) |
| | <u>187 350</u> | <u>89 019</u> |

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|---------------------------|--------------|--------------|
| Taxa de IRC (a) | 21,0% | 21,0% |
| Taxa de derrama municipal | 1,5% | 1,5% |
| Total (b) | <u>22,5%</u> | <u>22,5%</u> |

(a) Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

A rubrica impostos diferidos é analisada como segue:

| | <u>Activos por Impostos Diferidos</u> | | <u>Passivos por Impostos Diferidos</u> | | <u>Líquido</u> | |
|-----------------------------------|---------------------------------------|-----------------|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| | <u>dez 2023</u> | <u>dez 2022</u> | <u>dez 2023</u> | <u>dez 2022</u> | <u>dez 2023</u> | <u>dez 2022</u> |
| | <u>Euro</u> | <u>Euro</u> | <u>Euro</u> | <u>Euro</u> | <u>Euro</u> | <u>Euro</u> |
| Provisões / Imparidades | - | - | - | - | - | - |
| Provisões não aceites fiscalmente | 90 225 | 77 625 | - | - | 90 225 | 77 625 |
| | <u>90 225</u> | <u>77 625</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>90 225</u> | <u>77 625</u> |

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2023 foi o seguinte:

| | Saldo inicial 2023 Euro | Constituição/ (Reversão) em Resultados Euro | Saldo final 2023 Euro |
|-----------------------------------|--|--|--------------------------------------|
| Imposto diferido ativo | | | |
| Provisões não aceites fiscalmente | 77 625 | 12 600 | 90 225 |
| | <u>77 625</u> | <u>12 600</u> | <u>90 225</u> |

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2022 foi o seguinte:

| | Saldo inicial 2022 Euro | Constituição/ (Reversão) em Resultados Euro | Saldo final 2022 Euro |
|-----------------------------------|--|--|--------------------------------------|
| Imposto diferido ativo | | | |
| Provisões não aceites fiscalmente | 53 338 | 24 287 | 77 625 |
| | <u>53 338</u> | <u>24 287</u> | <u>77 625</u> |

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2023 e 2022 é analisada como segue:

| | 2023 Euro | 2022 Euro |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Resultados antes de impostos | 750 272 | 172 719 |
| Taxa nominal de imposto | 21,0% | 21,0% |
| Imposto esperado | <u>157 557</u> | <u>36 271</u> |
| Diferenças permanentes | | |
| Realizações de utilidade social não d | 30 770 | 154 219 |
| Diferenças temporárias | 5 652 | (655) |
| Imparidades e provisões | <u>56 000</u> | <u>107 943</u> |
| Matéria coletável / Coleta | <u>842 695</u> | <u>434 226</u> |
| Imposto | 176 966 | 91 187 |
| Tributação autónoma | 10 344 | 15 605 |
| Derrama | 12 640 | 6 514 |
| Benefícios Fiscais | - | - |
| Derrama Estatual | - | - |
| Imposto corrente | <u>199 950</u> | <u>113 306</u> |
| Imposto diferido | <u>(12 600)</u> | <u>(24 287)</u> |
| Imposto sobre o Rendimento do Peric | <u>187 350</u> | <u>89 019</u> |
| | <u>25,0%</u> | <u>51,5%</u> |

NOTA 11 - CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

| | 2023 Euro | 2022 Reexpresso Euro | Ajustamento | 2022 Euro |
|----------------------------|------------------|----------------------------|----------------|------------------|
| Fundos de Pensões Fechados | 843 432 | 825 981 | - | 825 981 |
| Fundos de Pensões Abertos | 1 045 294 | 950 519 | 428 611 | 521 908 |
| | <u>1 888 727</u> | <u>1 776 500</u> | <u>428 611</u> | <u>1 347 889</u> |

Esta rubrica regista o montante a receber dos Fundos de Pensões referente, essencialmente, a comissões de gestão relativas ao último trimestre dos exercícios de 2023 e 2022, conforme referido na política contabilística descrita na nota 4.2 m) ii).

O ajustamento efetuado na rubrica de Clientes no ano 2022 reflete o valor por receber das comissões dos Fundos Abertos do BIG e Bankinter, relativos ao último trimestre do exercício e decorrentes da alteração do procedimento contabilístico.

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica Estado e outros entes públicos a pagar é analisada como segue:

| | 2023 | | 2022 | |
|--|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| | A receber Euro | A pagar Euro | A receber Euro | A pagar Euro |
| Estado e outros entes públicos | | | | |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas | | | | |
| Estimativa imposto | - | 54 467 | 100 318 | - |
| Imposto de Selo | - | 70 818 | - | 50 537 |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares | - | 33 188 | - | 31 360 |
| ASF - Aut. de Supervisão de Seg. e Fundos de Pensões | - | 28 415 | - | 22 632 |
| Contribuições para a Segurança Social | - | 39 654 | - | 22 760 |
| Outras Taxas | - | 125 | - | 315 |
| | <u>-</u> | <u>226 667</u> | <u>100 318</u> | <u>127 604</u> |

O movimento ocorrido na rubrica de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) durante o exercício de 2023, foi o seguinte:

| | |
|---|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | <u>100 318</u> |
| Pagamentos efetuados no exercício relativos ao exercício anterior - Reembolso IRC | (100 318) |
| Pagamentos efetuados no exercício: | |
| - Pagamentos por conta do exercício | 69 930 |
| - Retenções na fonte | 75 553 |
| Dotação para imposto corrente sobre lucros | (199 950) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | <u>(54 467)</u> |

A reconciliação da taxa de imposto encontra-se apresentada na Nota 10.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica ASF – Aut. de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões regista valores relativo à taxa para a ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), taxa cobrada por esta entidade aos Fundos de Pensões, aplicada sobre o valor das contribuições recebidas pelos Fundos durante o exercício. Em 2023 e em 2022, a taxa em vigor foi 0,048%.

Esta taxa é integralmente assumida pelos Fundos de Pensões, funcionando a Sociedade como agente pagador, fazendo a retenção da taxa ao Fundo no momento do recebimento das contribuições. A Sociedade regista o valor retido numa conta a pagar à ASF que liquida semestralmente.

NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica Outros créditos a receber é analisada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|----------------|----------------|
| | Euro | Euro |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | | |
| Juros a Receber | 79 215 | 1 387 |
| Outros devedores e credores | | |
| Benefícios pós-emprego | 549 399 | 888 411 |
| Outros Devedores | 28 979 | 46 021 |
| | <u>657 593</u> | <u>935 819</u> |

A rubrica Outros devedores e credores – Benefícios pós-emprego regista o valor dos ativos líquidos reconhecidos em Balanço e que apresenta a diferença entre os ativos do fundo e as responsabilidades totais, conforme nota 32.

NOTA 14 - DIFERIMENTOS

A rubrica Diferimentos ativos é analisada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|----------------|----------------|
| | Euro | Euro |
| Diferimentos Ativos | | |
| Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. | 113 908 | 99 297 |
| Montepio Geral Associação Mutualista | 7 633 | 7 633 |
| Diversos | 6 296 | - |
| | <u>127 837</u> | <u>106 930</u> |

NOTA 15 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica Ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|----------------|------------------|
| | Euro | Euro |
| F. Investimento Mobiliário - Montepio Taxa Fixa | - | 867 146 |
| F. Investimento Mobiliário - Montepio Obrigações | - | 962 682 |
| Fundo VIP | 355 165 | 355 702 |
| Novimovest | 1 947 | 2 450 |
| | <u>357 112</u> | <u>2 187 980</u> |

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao justo valor, cujas alterações são reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor foi determinado tendo por base a cotação de mercado com referência a 31 de dezembro de 2023.

A posição detida no Fundo de Investimento Mobiliário – Montepio Taxa Fixa e Obrigações, foi alienada em 2023, tendo sido efetuada a aquisição de mais Obrigações Caixa Geral Depósitos 22-28, conforme referido na nota 9.

NOTA 16 – CAPITAL SUBSCRITO

O capital social de 2.566.800€, representado por 513.360 ações ordinárias de valor nominal de 5€, encontra-se integralmente realizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A estrutura acionista da Sociedade em 31 de dezembro de 2023, é a seguinte:

| | Número de | Capital | % |
|--------------------------------------|------------------|------------------|----------------|
| | acções | | |
| Montepio Geral Associação Mutualista | 394 128 | 1 970 640 | 76,78% |
| Fundação Oriente | 53 100 | 265 500 | 10,34% |
| Santa Casa da Misericórdia de Lisboa | 26 190 | 130 950 | 5,10% |
| NAV PORTUGAL, E.P.E. | 19 974 | 99 870 | 3,89% |
| Ana - Aeroportos de Portugal, SA | 19 968 | 99 840 | 3,89% |
| | <u>513 360</u> | <u>2 566 800</u> | <u>100,00%</u> |

NOTA 17 – RESERVAS LEGAIS

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade, situação que se verifica com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

| | 2023 | 2022 |
|-----------------|----------------|----------------|
| | Euro | Euro |
| Reservas Legais | <u>513 360</u> | <u>513 360</u> |
| | <u>513 360</u> | <u>513 360</u> |

NOTA 18 – OUTRAS RESERVAS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica Outras reservas e outras variações no capital próprio é apresentada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| | Euro | Euro |
| Outras Reservas | 6 759 255 | 6 757 692 |
| Outras Variações no capital próprio | 137 377 | 445 619 |
| | <u>6 896 632</u> | <u>7 203 311</u> |

A variação da rubrica Outras variações no capital próprio regista os desvios atuariais conforme nota 32.

NOTA 19 – DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 30 de março de 2023, a Sociedade procedeu em 2023 à distribuição de dividendos relativos aos resultados de 2022 de 82.137,60€.

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 31 de março de 2022, a Sociedade procedeu em 2022 à distribuição de dividendos relativos aos resultados de 2021 de 1.155.060,00€.

NOTA 20 – PROVISÕES

O detalhe das provisões reconhecidas é apresentado como segue:

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------|----------------|----------------|
| | Euro | Euro |
| Riscos de investimentos | 326 000 | 285 000 |
| Outras provisões | 75 000 | 60 000 |
| | <u>401 000</u> | <u>345 000</u> |

O movimento das provisões, é analisado como segue:

| 2023 | | | | |
|-------------------------|--------------------------|------------------|-------------------|------------------------|
| | Saldo inicial Euro | Aumentos Euro | Reversões Euro | Saldo final Euro |
| Riscos de Investimentos | 285 000 | 41 000 | - | 326 000 |
| Outras provisões | 60 000 | 15 000 | - | 75 000 |
| | 345 000 | 56 000 | - | 401 000 |

| 2022 | | | | |
|-------------------------|--------------------------|------------------|-------------------|------------------------|
| | Saldo inicial Euro | Aumentos Euro | Reversões Euro | Saldo final Euro |
| Riscos de Investimentos | 192 058 | 92 942 | - | 285 000 |
| Outras provisões | 45 000 | 15 000 | - | 60 000 |
| | 237 058 | 107 942 | - | 345 000 |

A rubrica Riscos de investimentos, refere-se à responsabilidade com garantia de capital assegurada a alguns planos de Fundos de Pensões geridos pela Sociedade.

No exercício de 2023, procedeu-se ao ajustamento da estimativa de cálculo da provisão para garantia a clientes dos FP Garantia e Futuro Plus, com o objetivo de os ajustar à realidade atual, suportados nos dados históricos disponíveis.

A rubrica Outras provisões corresponde a uma provisão para gastos com condomínio.

NOTA 21 – FORNECEDORES

A rubrica Fornecedores é analisada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|---|----------------|---------------|
| | Euro | Euro |
| Tempomedia-Agência de Meios Publicidade, S.A. | 39 932 | 37 940 |
| 3LOVE, Lda | 10 916 | - |
| Claranet II Solutions, S.A. | - | 9 880 |
| Bloomberg L.P. | 7 891 | - |
| Longo Prazo - Consultores de Gestão | 7 402 | 7 048 |
| Condomínio Prédio Rua General Firmino Miguel, nº 5 9º B | 5 894 | 5 894 |
| Transportes Aéreos Portugueses, S.A. | 5 432 | 5 432 |
| BDO & Assoc. - Soc.Revisores Oficiais Contas, Lda | 5 166 | - |
| Noesis Portugal-Consultoria Sistemas Inform.S.A. | 4 640 | - |
| CTT Correios de Portugal | 3 151 | 1 125 |
| Exib, Exhibition Design, Lda | 2 829 | - |
| FSO - F.S. Oliveira Consultores, Lda. | 1 845 | - |
| Uma Pausa Dinâmica, Unipessoal, Lda | 1 771 | - |
| GT - Get Together, Lda | 1 686 | - |
| E.A.D - Empresa de Arquivo e Documentação, S.A. | 1 116 | 1 085 |
| Promarte - Promoções e Marketing, Lda | 992 | - |
| Samsic Portugal - Facility Services, S.A. | 875 | 818 |
| Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda | 533 | - |
| MEO - Serviços de Comunicação e Multimédia , S.A. | 164 | 1 915 |
| Pendular - Serviços a Empresas, Lda | - | 1 752 |
| Outros | 2 499 | 3 505 |
| | <u>104 734</u> | <u>76 394</u> |

A rubrica Tempomedia corresponde ao montante por liquidar a esta Sociedade, relativo à campanha publicitária do 4º trimestre.

NOTA 22 - OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Outras Contas a Pagar tem a seguinte composição:

| | 2023 Euro | 2022 Reexpresso Euro | Ajustamento | 2022 Euro |
|---|------------------|----------------------------|----------------|------------------|
| Credores por acréscimos de gastos | | | | |
| - Férias e Subsídio de Férias | 291 468 | 264 778 | - | 264 778 |
| - Gratificações excepcionais a colaboradores | 107 668 | 100 243 | - | 100 243 |
| - FNAC Portugal, Lda. | - | 12 111 | - | 12 111 |
| - BDO e Associados, SROC, Lda. | 5 166 | 5 166 | - | 5 166 |
| - Fundo Investimento Imobiliário Corum Origin | 31 893 | 7 973 | - | 7 973 |
| - Lusitânia Companhia de Seguros, S.A. | - | 17 418 | - | 17 418 |
| Outros devedores e credores | | - | - | |
| - Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A. | 312 658 | 382 352 | - | 382 352 |
| - Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. | 550 688 | 626 276 | - | 626 276 |
| - Banco BIG | 443 096 | 425 799 | 425 799 | - |
| - Bankinter | 3 302 | 2 813 | 2 813 | - |
| - Montepio Geral - Associação Mutualista | - | 10 074 | - | 10 074 |
| - Fundo de Pensões Viva | 42 404 | 44 373 | - | 44 373 |
| - METLIFE | 84 592 | 75 941 | - | 75 941 |
| - Fundo PPR 5 Estrelas | 21 717 | 35 000 | - | 35 000 |
| - Fundo PPR Garantia Futuro | 9 255 | 6 945 | - | 6 945 |
| - Outros | 6 289 | 3 467 | - | 3 467 |
| | <u>1 910 196</u> | <u>2 020 728</u> | <u>428 611</u> | <u>1 592 117</u> |

A rubrica Outros devedores e credores - Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., regista os montantes a pagar referentes à prestação de serviços de gestão de carteiras contratada a essa Sociedade.

A rubrica Outros devedores e credores – Banco BIG e Bankinter, regista os montantes, das comissões de gestão de ativos dos Fundos BIG e Bankinter a pagar a essas Sociedades, com a reexpressão no ano de 2022, decorrente da alteração do procedimento contabilístico referido na nota 6.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da conta a pagar à Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. diz respeito às comissões de comercialização a pagar pelas subscrições de unidades de participação em Fundos Abertos realizadas aos balcões daquela instituição, conforme nota 29.

O saldo a favor do Fundo de Pensões VIVA é referente à reposição de comissões de gestão a Clientes institucionais.

O saldo a favor do Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas respeita à especialização do exercício de ofertas a Clientes a pagar em 2024.

A rubrica BDO regista parte dos honorários a liquidar ao Revisor Oficial de Contas no âmbito das suas funções cujo montante total é de 5.166€, incluindo IVA, conforme notas 24 e 37.

NOTA 23 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Esta rubrica regista as comissões cobradas pela Sociedade aos Fundos de Pensões, de acordo com as condições definidas nos respetivos contratos de gestão.

| | 2023 Euro | 2022 Reexpresso Euro | Ajustamento | 2022 Euro |
|-------------------------------------|------------------|----------------------------|------------------|------------------|
| Fundos Fechados: | | | | |
| Comissão de gestão - Parte Fixa | 3 072 201 | 3 129 164 | - | 3 129 164 |
| Comissão sobre contribuições | 29 871 | 5 886 | - | 5 886 |
| Comissão de gestão - Parte Variável | - | 21 444 | - | 21 444 |
| | <u>3 102 072</u> | <u>3 156 494</u> | - | <u>3 156 494</u> |
| Fundos Abertos: | | | | |
| Comissão de gestão | 6 609 804 | 6 407 400 | 1 722 107 | 4 685 293 |
| Comissão de reembolso | 207 469 | 157 301 | 14 289 | 143 012 |
| | <u>6 817 274</u> | <u>6 564 701</u> | <u>1 736 396</u> | <u>4 828 305</u> |
| | <u>9 919 345</u> | <u>9 721 195</u> | <u>1 736 396</u> | <u>7 984 799</u> |

Os ajustamentos em 2022, refletem a alteração de critérios do registo do rédito dos Fundos de Pensões comercializadas pelo Banco BIG e Bankinter conforme nota 6.

NOTA 24 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2023 Euro | 2022 Reexpresso Euro | Ajustamento | 2022 Euro |
|------------------------------------|------------------|----------------------------|------------------|------------------|
| Trabalhos especializados | 3 647 314 | 3 647 484 | 1 736 396 | 1 911 088 |
| Publicidade e propaganda | 130 851 | 242 380 | - | 242 380 |
| Artigos para oferta | 480 693 | 227 544 | - | 227 544 |
| Rendas e alugueres | 151 680 | 142 514 | - | 142 514 |
| Honorários | 78 752 | 73 800 | - | 73 800 |
| Comunicação | 74 470 | 40 698 | - | 40 698 |
| Energia e fluidos | 12 214 | 13 065 | - | 13 065 |
| Limpeza, higiene e conforto | 13 472 | 11 176 | - | 11 176 |
| Deslocações, estadas e transportes | 6 149 | 8 594 | - | 8 594 |
| Artigos diversos cafetaria | 9 977 | 7 543 | - | 7 543 |
| Serviços bancários | 8 171 | 6 695 | - | 6 695 |
| Conservação e reparação | 5 907 | 4 624 | - | 4 624 |
| Seguros | 4 557 | 3 541 | - | 3 541 |
| Outros | 1 673 | 1 942 | - | 1 942 |
| Material de escritório | 613 | 1 569 | - | 1 569 |
| Despesas de representação | 1 718 | 1 072 | - | 1 072 |
| Livros e documentação técnica | 727 | 602 | - | 602 |
| Contencioso e notariado | 242 | 441 | - | 441 |
| | <u>4 629 180</u> | <u>4 435 284</u> | <u>1 736 396</u> | <u>2 698 888</u> |

Os gastos com Trabalhos especializados respeitam, essencialmente, à prestação de serviços de gestão parcial das carteiras dos Fundos de Pensões realizada pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. e à prestação de serviços da gestão das carteiras dos Fundos BIG e Bankinter.

A rubrica Trabalhos especializados inclui, também, os valores referentes à revisão legal de contas no valor de 10.332€, incluindo IVA, conforme notas 22 e 37 (2021: 10.332€).

Na rubrica Rendas e alugueres estão incluídas as rendas de contratos de aluguer operacional de veículos efetuados em regime de gestão de frotas, no valor de 29.816€ (2022: 21.940€). Os pagamentos futuros são apresentados por prazo de pagamento na nota 33.

A rubrica Comunicação refere-se principalmente a correspondência expedida para os Clientes da Sociedade.

NOTA 25 – GASTOS COM PESSOAL

Durante o exercício de 2023 a Sociedade teve ao seu serviço um número médio de 39 colaboradores (2022: 36).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

| | 2023 | 2022 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| | Euro | Euro |
| Remunerações | 1 675 781 | 1 591 872 |
| Encargos sobre remunerações | 372 057 | 359 983 |
| Seguros | 138 388 | 127 718 |
| Gratificação excepcional | 111 724 | 100 243 |
| Outros | 70 489 | 174 718 |
| | <u>2 368 439</u> | <u>2 354 534</u> |

Os benefícios pós-emprego referem-se a um plano de pensões de benefício definido conforme referido na nota 32.

As remunerações e encargos com o Conselho de Administração são apresentados na nota 34.

As remunerações do pessoal chave da Gestão durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são como segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|----------------|----------------|
| | Euro | Euro |
| Benefícios de curto prazo dos empregados | 294 706 | 307 653 |
| Benefícios pós-emprego | 15 710 | 28 856 |
| | <u>310 416</u> | <u>336 509</u> |

NOTA 26 – PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)

A rubrica Provisões (aumentos/reduções) é analisada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|----------------------|---------------|----------------|
| | Euro | Euro |
| Provisões | | |
| Aumento de provisões | 56 000 | 107 942 |
| | <u>56 000</u> | <u>107 942</u> |

NOTA 27 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica Aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|---------------|------------------|
| | Euro | Euro |
| Ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustamentos de justo valor: | | |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 19 288 | (137 749) |
| | <u>19 288</u> | <u>(137 749)</u> |

NOTA 28 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica Outros rendimentos é analisada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|---------------|-------------|
| | Euro | Euro |
| Rendimentos em Investimentos não Financeiros | - | - |
| Correcções relativas a períodos anteriores | 46 974 | - |
| Outros | 259 | 698 |
| | <u>47 233</u> | <u>698</u> |

NOTA 29 – OUTROS GASTOS

Nos exercícios de 2023 e 2022 a rubrica Outros Gastos tinha a seguinte composição:

| | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| | Euro | Euro |
| Comissões de comercialização | 2 394 811 | 2 437 720 |
| Gastos com investimentos financeiros | 44 582 | - |
| Impostos | 17 379 | 13 193 |
| Quotizações | 11 451 | 11 370 |
| Donativos | 9 000 | 22 000 |
| Outros | 1 705 | 14 789 |
| Correcções relativas a períodos anteriores | 1 538 | - |
| | <u>2 480 466</u> | <u>2 499 072</u> |

A rubrica Comissões de Comercialização corresponde às comissões incorridas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos através da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A. e Mii Capital. Apesar de aumento dos ativos sob gestão e consequentemente as comissões pagas, a variação de 2022 para 2023, reflete a redução do Imposto Selo de 4% (aplicação da verba 22.2, anteriormente verba 17.3.4, pelo diferimento do PIV apresentado à Autoridade Tributária pela nossa Sociedade).

A rubrica Gastos com investimentos Financeiros, corresponde a comissões e ao reconhecimento dos ativos financeiros – obrigações, ao custo amortizado.

NOTA 30 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| | Euro | Euro |
| Ativos fixos tangíveis (nota 7) | 27 616 | 26 895 |
| Ativos intangíveis (nota 8) | 20 495 | 44 205 |
| Propriedades de investimento | - | - |
| | <u>48 111</u> | <u>71 100</u> |

NOTA 31 – RESULTADOS FINANCEIROS

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|----------------|---------------|
| | Euro | Euro |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | |
| Juros de depósitos | 42 988 | 4 192 |
| Operação de Capitalização Rendimento Anual | - | 18 770 |
| Outros rendimentos (VIP) | 11 766 | 11 766 |
| Obrigações GreenVolt | 78 000 | 9 100 |
| Obrigações CGD | 169 822 | 7 562 |
| FUNDO CORUM ORIGIN | 44 026 | 5 117 |
| | <u>346 602</u> | <u>56 507</u> |

NOTA 32 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um colaborador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e a retribuição.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades são como segue:

| | Pressupostos | |
|---|---------------------|--------------|
| | 2023 | 2022 |
| Pressupostos financeiros | | |
| Taxa de crescimento dos salários | 2,00% | 2,00% |
| Taxa de crescimento das pensões | 1,00% | 1,00% |
| Taxas de rendimento do fundo | 3,60% | 4,23% |
| Taxa de desconto | 3,60% | 4,23% |
| Pressupostos demográficos e métodos de avaliação | | |
| Tábua de mortalidade | | |
| Homens | TV 88/90 + 1 | TV 88/90 + 1 |
| Mulheres | TV 88/90 + 2 | TV 88/90 + 2 |
| Métodos de valorização atuarial | UCP | UCP |

UCP - Unit Credit projectado

Os pressupostos utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela NCRF 28. A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices, relativamente a obrigações de alta qualidade de empresas e (ii) *duration* das responsabilidades.

À data de 31 de dezembro de 2023, a *duration* das responsabilidades ascende a 16 anos (31 de dezembro de 2022: 18 anos).

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

| | 2023 | 2022 |
|----------------------------|-------------|-------------|
| Ativos | 39 | 37 |
| Reformados e sobreviventes | 4 | 4 |
| | 43 | 41 |

De acordo com a política contabilística efetuada descrita na nota 1 j), as responsabilidades por pensões e outros benefícios e respetivos níveis de cobertura são analisados como segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------------|--------------------|
| | Euro | Euro |
| Ativos / (Responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço | | |
| Responsabilidades com benefícios de reforma | | |
| Ativos | (2 980 017) | (2 384 879) |
| Pensionistas | (485 515) | (464 346) |
| | (3 465 531) | (2 849 225) |
| Total das responsabilidades | (3 465 531) | (2 849 225) |
| Coberturas | | |
| Valor do Fundo | 4 014 932 | 3 737 636 |
| Ativos / (Passivos) líquidos em Balanço (ver nota 13) | 549 401 | 888 411 |
| Percentagem de cobertura | 115,9% | 131,2% |
| Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral | 137 376 | 445 619 |

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio por morte é apresentada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|---|---------------------------|---------------------------|
| | Euro | Euro |
| | Pensões de reforma | Pensões de reforma |
| Responsabilidades no início do exercício | 2 849 224 | 4 266 996 |
| Custo do serviço corrente | 68 349 | 155 232 |
| Custo dos juros | 120 522 | 62 725 |
| (Ganhos) / Perdas atuariais | | |
| - Alterações de pressupostos | 349 208 | (1 750 271) |
| - Não decorrentes de alteração de pressupostos | 115 278 | 270 112 |
| Pensões pagas pelo Fundo | (37 050) | (27 122) |
| Outros pagamentos | - | (128 447) |
| Responsabilidades no final do exercício | 3 465 531 | 2 849 224 |

A evolução do valor do fundo de pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser analisada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| | Euro | Euro |
| Valor do Fundo no início do período | 3 737 636 | 4 335 941 |
| Rendimento esperado | 158 102 | 63 738 |
| Desvios financeiros | 156 243 | (506 474) |
| Pensões pagas pelo Fundo | (37 050) | (27 122) |
| Transferência de Responsabilidades | - | (128 447) |
| Valor do Fundo no fim do período | 4 014 932 | 3 737 636 |

De referir que o fundo de pensões, denominado “Fundo de Pensões Viva”, é gerido pela “Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.” no qual a Sociedade participa em 11,4% a 31 de dezembro de 2023 (2022: 11,7%).

Nos anos de 2023 e 2022, devido aos excedentes gerados pela subida das taxas de desconto, não houve Contribuições da Sociedade para o fundo.

Os ativos do Fundo de Pensões repartidos por tipo são detalhados como segue:

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| | Euro | Euro |
| Aplicações em bancos e outras | 128 411 | 173 207 |
| Imobiliário | 145 786 | 141 247 |
| Obrigações | 2 250 815 | 2 436 151 |
| Outros | 1 489 919 | 987 031 |
| | 4 014 932 | 3 737 636 |

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

| | 2023 | 2022 |
|---|------------------|------------------|
| | Euro | Euro |
| Desvios atuariais no início do exercício | <u>(445 619)</u> | <u>528 066</u> |
| (Ganhos) / Perdas atuariais no exercício | | |
| - Alteração de pressupostos | 349 208 | (1 750 271) |
| - (Ganhos) / Perdas de experiência | <u>(40 966)</u> | <u>776 586</u> |
| Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral | <u>(137 376)</u> | <u>(445 619)</u> |
| | | |
| Variação | <u>(308 242)</u> | <u>973 685</u> |

Os custos do período com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídios por morte podem ser analisados como segue:

| | 2023 | 2022 |
|---|-----------------|----------------|
| | Euro | Euro |
| Custo do serviço corrente | <u>68 349</u> | <u>155 232</u> |
| Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades | <u>(37 580)</u> | <u>(1 014)</u> |
| Custos do período | <u>30 770</u> | <u>154 219</u> |

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidos em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 como segue:

| | 2023 | 2022 |
|---|----------------|------------------|
| | Euro | Euro |
| No início do exercício | 888 411 | 68 946 |
| Custo do serviço corrente | (68 349) | (155 232) |
| Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades | 37 580 | 1 014 |
| Ganhos / (Perdas) atuariais | (464 486) | 1 480 159 |
| Ganhos / (Perdas) financeiras | <u>156 243</u> | <u>(506 476)</u> |
| No final do exercício | <u>549 399</u> | <u>888 411</u> |

Os pressupostos atuariais têm um impacto significativo nas responsabilidades com pensões e outros benefícios. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva e a uma variação negativa de 25 pontos base no valor das responsabilidades com pensões cujo impacto é analisado como segue:

| | 2023 | | 2022 | |
|--|--------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|
| | Euro | | Euro | |
| | Responsabilidades | | Responsabilidades | |
| | Incremento | Decréscimo | Incremento | Decréscimo |
| Taxa de desconto (0,25% de variação) | (136 072) | 144 188 | (108 851) | 115 222 |
| Taxa de crescimento dos salários (0,25% de variação) | 60 508 | (58 535) | 48 311 | (46 680) |
| Taxa de crescimento das pensões (0,25% de variação) | 84 997 | (82 125) | 68 750 | (66 458) |
| Mortalidade futura (1 ano de variação) | <u>(121 637)</u> | <u>120 259</u> | <u>(94 156)</u> | <u>92 489</u> |

NOTA 33 – LOCAÇÕES

A Sociedade apresenta as seguintes responsabilidades futuras no âmbito de Locações Operacionais:

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|-----------------------|----------------|---------------|
| Menos de um ano | 44 052 | 24 788 |
| Entre um e cinco anos | 138 744 | 11 729 |
| | <u>182 797</u> | <u>36 517</u> |

No ano de 2023 ocorreu a renovação de contratos por mais 60 meses.

NOTA 34 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A lista de partes relacionadas da Sociedade é apresentada como segue:

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
José Luís Esparteiro da Silva Leitão
João António Morais da Costa Pinto
José Mendes Alfaia
Maria Alice Silva Medeiros Lima Pinto

Acionistas

Montepio Geral Associação Mutualista
Fundação Oriente
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
NAV Portugal, E.P.E
Ana - Aeroportos de Portugal, S.A.

Outras partes relacionadas

Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.
Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.
Cesource ACE
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Fundação Montepio Geral
Fundo de Pensões - Montepio Geral
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Montepio Geral Associação Mutualista
Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E.
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio, Residências para Estudantes, S.A.
Montepio Serviços, ACE
Nova Câmbio - Instituição de Pagamento, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Ssag incentive - Sociedade de Serviços Auxiliares e Gestão de Imóveis, S.A.

Em 2023 e 2022, as transações com partes relacionadas são analisadas como segue:

| 2023 | | | | | | |
|--|--|-----------------------------|------------------------|---------------------------|--|--|
| | Caixa e depósitos bancários | Outros créditos a receber | Outras dívidas a pagar | Diferimentos (Passivo) | Diferimentos (Ativo) | Ativos financeiros detidos para negociação |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA | 1 741 126 | 5 014 | 550 688 | - | - | - |
| Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. | - | - | - | - | 113 909 | - |
| Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. | - | - | - | - | - | - |
| Montepio Geral Associação Mutualista | - | - | - | - | 7 633 | - |
| Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A. | - | - | 312 658 | - | - | - |
| Fundo Montepio Taxa Fixa | - | - | - | - | - | - |
| Fundo Montepio Obrigações | - | - | - | - | - | - |
| Fundo VIP | - | - | - | - | - | - |
| Montepio Crédito, S.A. | - | - | - | - | - | - |
| Montepio Serviços ACE | - | - | 4 205 | - | - | - |
| | <u>1 741 126</u> | <u>5 014</u> | <u>867 551</u> | <u>-</u> | <u>121 542</u> | <u>-</u> |
| | Fornecimentos e Serviços Externos | Gastos com o pessoal | Outros gastos | Outros rendimentos | Juros e rendimentos similares obtidos | |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro | |
| Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA | 65 705 | - | 2 390 708 | - | - | - |
| Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A. | 1 503 353 | - | - | - | - | - |
| Montepio Geral - Associação Mutualista | 121 864 | - | - | - | - | - |
| Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. | 4 400 | 122 594 | - | - | - | - |
| Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. | - | 15 794 | - | - | - | - |
| Montepio Crédito, S.A. | 34 785 | - | 9 295 | - | - | - |
| Fundo VIP | - | - | - | - | - | - |
| Residências Montepio | 13 119 | - | - | - | - | - |
| Montepio Serviços ACE | 7 955 | - | - | - | - | - |
| | <u>1 751 181</u> | <u>138 388</u> | <u>2 400 003</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

| 2022 | | | | | | |
|--|--|-----------------------------|------------------------|---------------------------|--|--|
| | Caixa e depósitos bancários | Outros créditos a receber | Outras dívidas a pagar | Diferimentos (Passivo) | Diferimentos (Ativo) | Ativos financeiros detidos para negociação |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro |
| Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA | 1 499 505 | - | 626 276 | - | - | - |
| Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. | - | - | 17 418 | - | 99 298 | - |
| Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. | - | - | - | - | - | - |
| Montepio Geral Associação Mutualista | - | - | - | - | 7 633 | - |
| Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A. | - | - | 382 352 | - | - | - |
| Fundo Montepio Taxa Fixa | - | - | - | - | - | - |
| Fundo Montepio Obrigações | - | - | - | - | - | - |
| Fundo VIP | - | - | - | - | - | - |
| Montepio Crédito, S.A. | - | 246 | - | - | - | - |
| | <u>1 499 505</u> | <u>246</u> | <u>1 026 045</u> | <u>-</u> | <u>106 931</u> | <u>-</u> |
| | Fornecimentos e Serviços Externos | Gastos com o pessoal | Outros gastos | Outros rendimentos | Juros e rendimentos similares obtidos | |
| | Euro | Euro | Euro | Euro | Euro | |
| Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA | - | - | 2 433 241 | - | - | - |
| Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A. | 1 570 249 | - | - | - | - | - |
| Montepio Geral - Associação Mutualista | 120 575 | - | - | - | - | - |
| Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. | 3 541 | 113 904 | - | - | - | - |
| Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. | - | 13 814 | - | - | 18 770 | - |
| Montepio Crédito, S.A. | 21 940 | - | - | - | - | - |
| | <u>1 716 305</u> | <u>127 718</u> | <u>2 433 241</u> | <u>-</u> | <u>18 770</u> | <u>-</u> |

As transações com a Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. referem-se, principalmente, a gastos suportados com comissões devidas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados e o passivo corresponde ao montante por pagar a esta entidade.

As transações com a Montepio Gestão de Activos refere-se principalmente a gastos suportados pela prestação de serviços de gestão de carteiras e o passivo corresponde ao montante por pagar a esta entidade.

Durante os exercícios de 2023 e 2022 os Administradores Executivos auferiram os montantes de 462.413€ e 454.447€ respetivamente. Os restantes Administradores receberam no exercício de 2023 o montante global de 12.000€ (2022: 12.500€). A Sociedade não assumiu quaisquer responsabilidades com pensões de reforma dos anteriores membros dos órgãos sociais. Não existem responsabilidades com os atuais membros, com exceção das assumidas com os Administradores Executivos e que se encontram incluídas nas responsabilidades referidas na Nota 32, cujo gasto do exercício de 2023 ascendeu 48.842€ (2022: 64.594€).

O Património Líquido gerido pela Futuro, a que correspondem os Fundos de pensões que comercializam encontram-se descritos na nota 36.

NOTA 35 – MARGEM DE SOLVÊNCIA

O montante mínimo de capital é definido pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), em função da margem de solvência que tem por base o volume de Ativos em gestão.

A margem de solvência da Sociedade em 31 de dezembro de 2023 é de 152,10% (2022: 165,97%)

NOTA 36 – FUNDOS DE PENSÕES SOB GESTÃO DA SOCIEDADE

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os Fundos de Pensões sob gestão da Sociedade são analisados como segue:

| | Património líquido | |
|---|----------------------|----------------------|
| | 2023 | 2022 |
| | Euro | Euro |
| Fundos Fechados: | 1 248 030 901 | 1 192 016 989 |
| Fundos Abertos: | | |
| Fundo PPR 5 ESTRELAS | 195 352 961 | 180 123 807 |
| Fundo PPR GARANTIA DE FUTURO | 110 134 460 | 109 167 847 |
| Fundo PPR BIG ACÇÕES EQUILIBRADO | 68 518 986 | 62 066 712 |
| Fundo PPR BIG TAXA PLUS | 64 393 650 | 46 590 136 |
| Fundo PPR BIG MODERADO | 40 857 265 | 37 726 661 |
| Fundo de Pensões VIVA | 35 180 787 | 31 926 553 |
| Fundo PPR BIG ACÇÕES ALPHA | 29 007 230 | 31 572 604 |
| Fundo PPR BIG ACÇÕES DINÂMICO | 26 686 808 | 21 861 645 |
| Fundo PPR GERAÇÃO ACTIVA | 18 575 529 | 16 861 337 |
| Fundo PPR BIG ACÇÕES ESTRATÉGICO | 17 277 229 | 14 428 538 |
| Fundo de Pensões CORPORATE MODERADO | 14 764 194 | 11 750 008 |
| Fundo de Pensões FUTURO CLASSICO | 10 040 617 | 9 141 114 |
| Fundo de Pensões CORPORATE DINÂMICO | 6 946 388 | 4 753 913 |
| Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO | 6 376 822 | 2 553 851 |
| Fundo PPR BIG OBRIGAÇÕES ESTRATÉGICO | 4 115 163 | 2 994 003 |
| Fundo de Pensões FUTURO PLUS | 2 747 401 | 2 116 481 |
| Fundo de Pensões FUTURO XXI | 2 638 576 | 2 108 839 |
| Fundo PPR BIG CONSERVADOR | 2 514 721 | 2 630 328 |
| Fundo PPA - ACÇÃO FUTURO | 2 278 817 | 2 080 567 |
| Fundo de Pensões BIG PRESTIGE MODERADO | 1 850 430 | 1 231 607 |
| Fundo de Pensões FUTURO ACTIVO | 1 549 904 | 1 469 442 |
| Fundo de Pensões FUTURO LIFE | 1 497 214 | 1 497 981 |
| Fundo de Pensões ABERTO BK MODERADO | 1 133 924 | 1 064 077 |
| Fundo de Pensões BIG PRESTIGE EQUILIBRADO | 1 111 099 | 991 879 |
| Fundo PPR WEALTH | 827 971 | 370 600 |
| Fundo de Pensões ABERTO BK DINÂMICO | 268 333 | 306 546 |
| Fundo PPR PREMIUM DINÂMICO ACÇÕES | 264 836 | 207 433 |
| Fundo PPR PREMIUM MODERADO | 255 293 | 351 548 |
| Fundo PPR PREMIUM AFORRO | 41 564 | 95 338 |
| Sub-total | 667 208 170 | 600 041 395 |
| Total | 1 915 239 072 | 1 792 058 384 |

NOTA 37 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo Artº 66-A e pelo Artº 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar;
- b) Proposta de aplicação de resultados:

O resultado bruto apurado no exercício foi de 750.272,05€ e o resultado líquido resultante de 562.922,07€. O Conselho de Administração propõe:

- Transferência para a rubrica Outras reservas 23.894,07€;
 - Distribuição de dividendos: 539 028,00€ (1,05€/ação)
- ▶ Detalhe dos honorários faturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas excluindo IVA:

| | 2023 | 2022 |
|--------------------------|--------------|--------------|
| | Euro | Euro |
| Revisão legal das contas | 8 400 | 8 400 |
| | <u>8 400</u> | <u>8 400</u> |

- ▶ A Sociedade não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- ▶ A Sociedade não tem impostos em mora ao Estado.

NOTA 38 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não existiram acontecimentos após a data do balanço que necessitem de ser divulgados ou que devessem estar registados nas demonstrações financeiras.

► **RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO FISCAL**

Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório

Cumprindo os preceitos legais do Código das Sociedades Comerciais e no âmbito das suas atribuições e competências vem o Conselho Fiscal da FUTURO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e vinte e três e emitir parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do ano 2023.

O Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da situação financeira e o desempenho da Sociedade, contactando com o Conselho de Administração e os Serviços, dos quais sempre recebeu os esclarecimentos e as informações solicitados.

O Relatório do Conselho de Administração foi objeto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma apropriada a ação desenvolvida pela Gestão e a evolução da atividade da Empresa.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da BDO & Associados, SROC, Lda., a Certificação Legal das Contas, que foi emitida sem reservas nem ênfases.

No decorrer dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor no sector.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e a opinião constante da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:



- 1- Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de dois mil e vinte e três;
- 2- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3- Que ao Conselho de Administração e aos Serviços seja conferido um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 12 de março de 2024

O Conselho Fiscal

José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni

José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
Presidente

Paula Alexandra Flores Noia da Silveira

Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Vogal

Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Maria Fernanda Rodrigues Fernandes
Vogal

▶ **CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** (adiante também designada por FUTURO ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 13 182 311 euros e um total de capital próprio de 10 539 714 euros, incluindo um resultado líquido de 562 922 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas

circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da FUTURO.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 8 de março de 2024



Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério
(ROC n.º 995, inscrita na CMVM sob o n.º 20160610)
em representação de BDO & Associados - SROC



FUTURO-SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Rua do Carmo, nº 42 – 6º

Telefone + 351 210 416 005

www.futuro-sa.pt

Nº Único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963

Capital Social € 2.566.800

Registada na C.R.C. de Lisboa

Autorizada, Supervisionada e Registada na ASF-Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões com o N° 3805